

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, CUMULADA COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS,
DA EÓLICA FAÍSA V – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

ENTRE

EÓLICA FAÍSA V – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Emissora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
Agente Fiduciário

EÓLICA FAÍSA S.A.
Interveniente Garantidor e Fiadora

OLEOPLAN S.A. ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO.
Interveniente Garantidor e Fiadora

FIP EM INFRAESTRUTURA BB VOTORANTIM ENERGIA SUSTENTÁVEL I.
Interveniente Garantidor

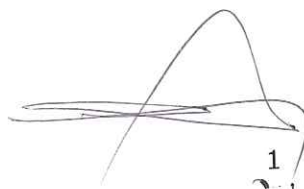
FIP EM INFRAESTRUTURA BB VOTORANTIM ENERGIA SUSTENTÁVEL II.
Interveniente Garantidor

FIP EM INFRAESTRUTURA BB VOTORANTIM ENERGIA SUSTENTÁVEL III.
Interveniente Garantidor

e

SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA.
Interveniente Garantidor

26 DE SETEMBRO DE 2012



1



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, CUMULADA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA EÓLICA FAÍSA V – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado

EÓLICA FAÍSA V - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta, com sede na ROD CE 163, s/n, KM 42, sala 05, Cidade de Trairí, Estado do Ceará, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 11.652.254/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora" ou "Faísa IV");

e, de outro lado

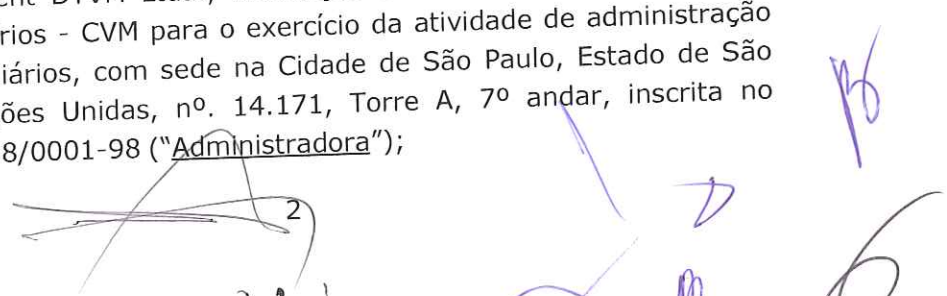
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (os "Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário"),

e como Intervenientes Garantidores,

EÓLICA FAÍSA S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Senador Virgílio Távora, 1701, sala 1306, na Cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.288.521/0001-40, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Holding");

OLEOPLAN S.A. ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO, sociedade por ações, com sede na Rua Dom Pedro II, 723, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 88.676.127/0001-76, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Oleoplan" e, em conjunto com a Holding as "Fiadoras");

FIP EM INFRAESTRUTURA BB VOTORANTIM ENERGIA SUSTENTÁVEL I, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF n.º 13.301.469/0001-02 ("FIP I"), neste ato representado por Votorantim Asset Management DTVM Ltda., instituição devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM para o exercício da atividade de administração de carteira de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº. 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98 ("Administradora");



FIP EM INFRAESTRUTURA BB VOTORANTIM ENERGIA SUSTENTÁVEL II, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 13.301.359/0001-40, neste ato representado pela Administradora ("FIP II");

FIP EM INFRAESTRUTURA BB VOTORANTIM ENERGIA SUSTENTÁVEL III, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 13.301.410/0001-14, neste ato representado pela Administradora ("FIP III" e, em conjunto com o FIP I e o FIP II, os "Fundos"); e

SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Avenida Senador Virgílio Távora, 194, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.146.882/0001-00, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Suzlon").

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Cumulada com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO


A presente Escritura é firmada com base na Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 15 de junho de 2012 (a "AGE"), na qual foram deliberadas as características da Emissão (conforme definido na Cláusula III desta Escritura), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações (conforme definido na Cláusula 2.2.1 desta Escritura).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Cumulada com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos pela Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 conforme alterada, (a "Instrução CVM 476"), será realizada com observância dos seguintes requisitos (respectivamente a "Emissão" e as "Debêntures");

2.1. Registro na CVM

3



A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM previamente a sua distribuição.

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

2.2.1 A ata da AGE será protocolada para arquivamento na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Ceará ("DOECE") e (ii) no jornal "O Povo", nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "Lei das Sociedades por Ações") tão logo seja arquivada na JUCEC.

2.3. Inscrição da Escritura na JUCEC e Registro no Cartório de Títulos e Documentos

2.3.1 Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCEC, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário vias originais da Escritura e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCEC em até 30 (trinta) dias contados da respectiva data de assinatura.

2.3.2 Em virtude da fiança prestada pelas Fiadoras e nos termos do artigo 130 da Lei 6.015/1973, a presente Escritura deverá ser registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das cidades de Fortaleza, Estado do Ceará, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, de São Paulo, Estado de São Paulo, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e as respectivas vias devidamente registradas deverão ser fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura.

2.3.3. As Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas após o arquivamento e o registro da Escritura, nos termos estabelecidos nas Cláusulas 2.3.1 e 2.3.2 acima, e o cumprimento das condições precedentes previstas nas Cláusulas 4.1.4.1.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) negociação, observado o disposto no item 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.5.4 desta Escritura), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17da Instrução CVM 476.

2.5. Dispensa do Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.5.1. A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA").

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o artigo 3º (terceiro) do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto (i) o desenvolvimento, a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica denominada Eólica Faísa V, localizada no Município de Trairi, Estado do Ceará; (ii) a comercialização da energia elétrica gerada por tal empreendimento e (iii) a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de até R\$19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição sob regime de garantia firme de colocação, limitado ao Valor Total da Emissão, para a totalidade das Debêntures, com a intermediação da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Pine" ou "Coordenador"), conforme Contrato de Colocação celebrado nesta data entre a Emissora e o Coordenador ("Contrato de Colocação").

3.5.2. A Emissora não poderá realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou que seja cancelado o saldo das Debêntures não colocadas.

3.5.3. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.5.4 desta Escritura), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.5.4 desta Escritura).

3.5.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Emissão (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.5.4. abaixo deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (os "Investidores Qualificados").

3.6. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário"), e a instituição depositária das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriurador", sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a instituição Depositária).

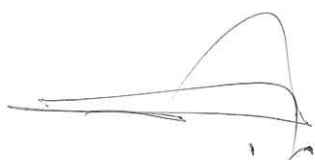
3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à finalidade descrita na Cláusula 3.7.1.1. desta Escritura e serão desembolsados na conta corrente da Emissora mantida perante o Banco Pine S.A., na agência 0001-9 sob o número 801875-0 ("Conta Corrente").

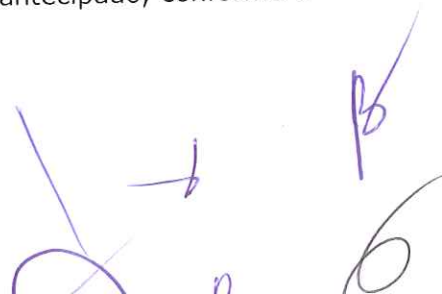
3.7.1.1. Os recursos obtidos pela Emissora com a subscrição das Debêntures serão utilizados pela Emissora para pagamento (i) do Contrato de Engenharia, Aquisição e Montagem de Equipamentos e Construção de Parque Eólico em Regime de Empreitada Integral por Preço Global assinado em 22 de Agosto de 2012 entre Eólica Faísa V e Suzlon Energia Eólica do Brasil S/A ("Contrato EPC"); e (ii) da Cédula de Crédito Bancário nº 0054/12, no valor de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), e seus respectivos aditamentos, emitida pela Emissora em favor do Banco Pine S.A. em 14 de Março de 2012 e cujo vencimento está previsto para o dia 22 de Outubro de 2012.

3.7.2. Para fins desta Escritura, "Complexo Faísa" deverá ser considerado o conjunto formado pelos parques eólicos pertencentes às seguintes sociedades: Eólica Faísa I – Geração e Comercialização de Energia S.A.; Eólica Faísa II– Geração e Comercialização de Energia S.A.; Eólica Faísa III– Geração e Comercialização de Energia S.A.; Eólica Faísa IV – Geração e Comercialização de Energia S.A.; e Eólica Faísa V – Geração e Comercialização de Energia S.A.

3.7.3. Os recursos obtidos pela Emissora em decorrência do financiamento de longo prazo pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") através do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), agindo como agente operador do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste ("FDNE") nos termos da cláusula 4.1.5 abaixo, deverão ser utilizados para amortização extraordinária ou resgate total antecipado, conforme o caso, na forma do disposto na Cláusula VII abaixo.



7



3.7.3.1 A Emissora deverá indicar a Conta Corrente para que sejam disponibilizados pelo BNDES os recursos decorrentes do financiamento de longo prazo do BNDES previsto na cláusula 4.1.5 abaixo.

3.7.3.2 Sem prejuízo do disposto na cláusula 3.7.3.1. acima, a Emissora deverá transferir para a Conta Corrente a integralidade dos recursos disponibilizados pelo BNB em decorrência do financiamento de longo prazo da SUDENE previsto na cláusula 4.1.5 abaixo, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento pela Emissora de tais recursos.

3.8. Constituição das Garantias Reais

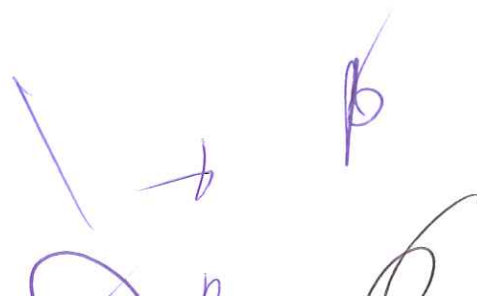
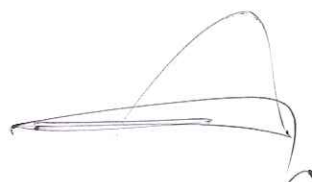
3.8.1. Os Instrumentos de Garantia Fiduciária (conforme definido na Cláusula 5.1 desta Escritura) com exceção: (i) do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e (ii) do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definidos na Cláusula 5.1 desta Escritura) deverão ser firmados e ter seu registro solicitado nos cartórios de registro de títulos e documentos das cidades de Fortaleza, Estado do Ceará, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, de São Paulo, Estado de São Paulo, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias a contar da data de celebração dos respectivos Instrumentos de Garantia Fiduciária, conforme previsto na presente Escritura, nos termos da Cláusula V abaixo, e 1 (uma) via, devidamente registrada, de cada um dos Instrumentos de Garantia Fiduciária será entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis do seu efetivo registro.

3.8.2. De forma a complementar e formalizar as alienações fiduciárias constituídas por meio dos Contratos de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Cláusula 5.1 desta Escritura), a Emissora e a Holding anotarão em seus respectivos Livros de Registro de Ações Nominativas, conforme exigido pelo art. 40 da Lei das Sociedades por Ações, as alienações fiduciárias sobre suas ações ordinárias, devendo a Emissora e a Holding apresentar comprovação de tais anotações ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de celebração da presente Escritura e de qualquer aditivo subsequente.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário



O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (hum mil reais.) na Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 4.1.2 desta Escritura) ("Valor Nominal Unitário das Debêntures").

4.1.2. **Data de Emissão**

Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 26 de setembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.3. **Quantidade de Debêntures Emitidas**

Serão emitidas 19.600 (dezenove mil e seiscentas) Debêntures em uma única série, totalizando R\$ 19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais) na Data de Emissão.

4.1.4. **Espécie e Série**

As Debêntures serão da espécie com garantia real, cumulada com garantia fidejussória e serão emitidas em uma única série.

4.1.4.1. A emissão, subscrição e integralização das Debêntures estarão condicionadas ao cumprimento integral das seguintes condições precedentes (as "Condições Precedentes"):

- a) formalização e constituição pela Emissora e pelos Intervenientes Garantidores de todas as Garantias (conforme definido na Cláusula 5.1 desta Escritura) representadas pelos Instrumentos de Garantia Fiduciária (conforme definido na Cláusula 5.1 desta Escritura), com exceção: (a) do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme definido na Cláusula 5.1 desta Escritura), o qual deverá ser elaborado na forma do Anexo IV a presente Escritura e formalizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento pelo Agente Fiduciário de notificação enviada pela Suzlon e/ou pela Emissora comunicando o desembaraço aduaneiro dos equipamentos descritos no Anexo III a presente Escritura ("Equipamentos"), perante as autoridades alfandegárias brasileiras, indicando os Equipamentos e a respectiva quantidade objeto do desembaraço aduaneiro, sendo certo que referida notificação deverá (i) ser elaborada em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que a Emissora e/ou a Suzlon tomar(em) ciência da conclusão do desembaraço aduaneiro dos Equipamentos ("Notificação de Desembaraço Aduaneiro"); e (ii) ser elaborada novamente de acordo com os prazos acima a cada desembaraço aduaneiro adicional de novos Equipamentos. Para todos os fins da presente Escritura, o desembaraço aduaneiro consiste na concessão de despacho aduaneiro liberando os Equipamentos Alienados a ser obtido mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme aplicável:

(i) Declaração de Importação registrada no sistema da Secretaria da Receita Federal; (ii) via original do conhecimento de carga ou documentação equivalente; (iii) via original da fatura comercial assinada pelo exportador e (iv) romaneio de carga (packing list), se houver e outros documentos e/ou inspeção física eventualmente solicitados pela Receita Federal. O desembaraço aduaneiro deverá ser comprovado para o Agente Fiduciário que deverá acusar o recebimento da Notificação do Desembaraço Aduaneiro acompanhado de cópia dos documentos descritos nos itens (i) a (iv) acima; e do (b) do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis o qual deverá ser elaborado na forma do Anexo VII a presente Escritura e formalizado pela Emissora e o Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento pela Emissora da anuência da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para a constituição da garantia.

b) envidar seus melhores esforços para a contratação pela Suzlon de *Performance Bond* ou endosso de apólice existente, no valor mínimo de R\$ 71.550.000,00 (setenta e um milhões e quinhentos e cinquenta mil reais), sendo certo que referido seguro deverá ser contratado com cláusula beneficiária em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, junto a uma seguradora aprovada pela Emissora. ("Seguro-Performance");

c) comprovação da subscrição e integralização pela Holding, pelos Fundos e pela Enerplan Participações Societárias Ltda. ("Enerplan" e, em conjunto com os Fundos, os "Controladores") de ações ordinárias de emissão das empresas detentoras dos parques eólicos do Complexo Faísas da Emissora, no valor mínimo de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

4.1.4.2. Independentemente da entrega da(s) Notificação(ões) de Desembaraço Aduaneiro pela Emissora, a Suzlon se compromete a enviar ao Agente Fiduciário referida(s) notificação(ões), no prazo estabelecido na alínea "a" da cláusula 4.1.4.1. acima, tão logo tome ciência da conclusão do desembaraço aduaneiro perante as autoridades alfandegárias brasileiras de quaisquer dos Equipamentos. Adicionalmente, sem prejuízo da obrigação da entrega da(s) Notificação(ões) de Desembaraço Aduaneiro, a Suzlon deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, nos prazos indicados no Cronograma das Etapas do Transporte dos Equipamentos previsto no Anexo V ("Cronograma das Etapas do Transporte") da presente Escritura, cópia dos documentos descritos na cláusula 4.1.4.1 "a" acima, a fim de permitir ao Agente Fiduciário acompanhar o desembaraço aduaneiro dos Equipamentos, os quais serão disponibilizados aos Debenturistas, sendo certo que caso ocorra o descumprimento do cronograma previsto no Anexo V desta Escritura, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da constatação de referido descumprimento, carta apresentando justificativas para o descumprimento dos prazos ali previstos a qual será disponibilizada pelo Agente Fiduciário nos seus canais de atendimento,

incluindo o endereço eletrônico do Agente Fiduciário na rede mundial de computadores, exclusivamente para ciência dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão requerer ao Agente Fiduciário cópia dos documentos descritos na presente cláusula 4.1.4.2., ficando certo desde já que neste caso o Agente Fiduciário deverá encaminhar os documentos solicitados para o endereço indicado pelos Debenturistas, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento de referida solicitação dos Debenturistas pelo Agente Fiduciário.

4.1.4.3. O Cronograma das Etapas do Transporte: (i) tem caráter meramente informativo para acompanhamento pelos Debenturistas dos Equipamentos, para fins de constituição da garantia de Alienação Fiduciária dos Equipamentos; e (ii) deverá ser reenviado para o Agente Fiduciário toda vez que houver alterações nas datas ou etapas ali previstas, sendo certo que o descumprimento dos prazos previstos no Cronograma de Transporte não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures.

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) meses contados da Data da Emissão, ou seja em 26 de setembro de 2013 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula VIII abaixo ou a liberação pelo BNDES e/ou pela SUDENE através do BNB, agindo como agente operador do FDNE ("SUDENE" e, em conjunto com o BNDES e BNB, os "Financiadores de Longo Prazo"), de qualquer parcela dos financiamentos de longo prazo, aqui definidos como o financiamento de longo prazo a ser obtido pela sociedade Faísa V, perante os Financiadores de Longo Prazo ("Financiamento de Longo Prazo"), em montante suficiente para o Resgate Antecipado Total conforme Cláusula 7.2 abaixo, hipótese na qual a Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Total. Caso a parcela do Financiamento de Longo Prazo obtida pela Emissora não atinja o montante necessário para o Resgate Antecipado Total, a Emissora deverá realizar a Amortização Extraordinária nos termos da cláusula 7.1 abaixo.

Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.1.1 desta Escritura), acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.1.8. **Conversibilidade**

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. **Preço, Prazo e Forma de Subscrição**

4.1.9.1 As Debêntures serão subscritas ("Data de Subscrição") pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido na Cláusula 4.2 desta Escritura), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização.

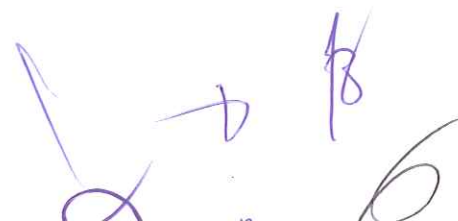
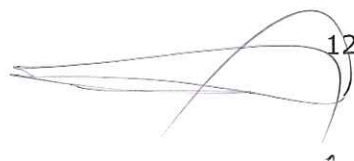
4.1.9.2 As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.1.10. **Preço de Subscrição**

O preço de subscrição das Debêntures corresponderá ao Valor Nominal Unitário, acrescidos da Remuneração (conforme definido na Cláusula 4.2 desta Escritura), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Subscrição ("Preço de Subscrição").

4.2. **Remuneração**

4.2.1 As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes a 150% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, na modalidade "Extra-Grupo", de prazo igual a 1 (um) dia útil, apurada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário, não amortizado, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão devendo ser paga na Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, resgate antecipado, conforme o caso). O pagamento do valor principal das Debêntures deverá ser realizado em uma única parcela na Data de Vencimento (ou na data do



vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, resgate antecipado, conforme o caso).

4.2.1.1. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = Produtório das taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

em que:

n = Número total de Taxas DI-Over consideradas no Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

p = Percentual aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 150.

TDIk = corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.1.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.1.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD (conforme definido na Cláusula XI desta Escritura) (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na

Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.2.1.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos encargos financeiros das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.2.1.5 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures em questão ou da última Data de Pagamento Efetivo da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

4.2.2 (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 11.2.2 desta Escritura), não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento efetivo da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.2.1.8 a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada a Taxa Substitutiva. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa

taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis..

4.2.1.6 Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento Efetivo da Remuneração (conforme definido na cláusula 4.2.1.8 desta Escritura) das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento Efetivo da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.1.7 Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, conforme previstas no item 4.3 a seguir.

4.2.1.8 A Remuneração das Debêntures será paga em uma única parcela na Data de Vencimento ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, resgate antecipado, conforme o caso ("Data de Pagamento Efetivo da Remuneração").

4.2.1.9 Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento Efetivo da Remuneração.

4.3. Amortização

4.3.1. A amortização do principal será realizada em uma única parcela na Data de Vencimento, observado o disposto na Cláusula VII.

4.4. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.5. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP,

hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.6. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.6 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou na Data de Amortização.

4.8. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização será realizada à vista, na Data de Subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.9. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.10. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, bem como na página do Agente Fiduciário na rede internacional de computadores – *internet* <http://www.pentagonotrustee.com.br/Site> .

4.11. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária.

CLÁUSULA V

GARANTIAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Garantias. As Debêntures serão da espécie com garantia real, cumulada com garantia fidejussória, as quais consistirão em: (i) Alienação Fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, de 40 % (quarenta por cento) das ações ordinárias emitidas pela Holding e de titularidade da Enerplan Participações Societárias Ltda., formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Holding, celebrado em 26 de Setembro de 2012 entre a Holding, suas sócias e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Holding")"; (ii) Alienação Fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, de 60% (sessenta por cento) das ações ordinárias emitidas pela Holding e de titularidade dos Fundos formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Holding de Titularidade dos Fundos, sob a condição suspensiva de concessão de autorização da CVM para tanto, celebrado em 26 de Setembro de 2012, entre a Holding, suas sócias e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Holding de Titularidade dos Fundos")"; (iii) Alienação Fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, de 100% (cem por cento) das ações ordinárias emitidas pela Emissora, formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, celebrado em 26 de Setembro de 2012 entre a Emissora, suas acionistas e o Agente Fiduciário, contemplando cessão fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, da totalidade de distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, e quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidos pela Emissora aos seus acionistas detentores de ações ordinárias ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Direitos Creditórios da Emissora") e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Holding, os "Contratos de Alienação Fiduciária de Ações"; (iv) Cessão Fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, dos Recebíveis dos contratos de compra e venda de energia elétrica listados no Anexo I à presente Escritura ("Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica"), referente ao parque eólico a ser desenvolvido pela Emissora ("Parque Eólico Faísas V"), sendo que referidos contratos deverão atender integralmente as decisões, normas e regulamentos dos órgãos de setor de energia e meio ambiente, especialmente da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), celebrados pela Emissora, formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento pela Emissora da anuência da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para a constituição da garantia ("Contrato

de Cessão Fiduciária de Recebíveis"); e (iv) Alienação Fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, dos Equipamentos, a ser formalizado por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos entre a Suzlon e o Agente Fiduciário nos moldes do Anexo IV da presente Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento pelo Agente Fiduciário da Notificação de Desembaraço Aduaneiro dos Equipamentos, observado o disposto na cláusula 5.1.1. abaixo ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos", que, em conjunto com os Contratos de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, serão denominados os "Instrumentos de Garantia Fiduciária"). Além da garantia real, as Debêntures serão garantidas ainda por fiança das Fiadoras ("Fiança" e, em conjunto com os Instrumentos de Garantia Real, as "Garantias") que, neste ato, obrigam-se, solidariamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, como fiadoras, principais pagadoras e responsáveis pelo fiel e pontual pagamento de todas as obrigações da Emissora assumidas na presente Escritura, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive de honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura, inclusive verbas de caráter indenizatório ("Valor Garantido").

5.1.1. A Suzlon se obriga a constituir a garantia de Alienação Fiduciária com a respectiva celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos no prazo previsto na cláusula 5.1 acima sempre que ocorrer o desembaraço aduaneiro de qualquer dos Equipamentos, até que a totalidade dos Equipamentos esteja alienada fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

5.1.2 As Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333 parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei no. 10406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), e nos artigos 77 e 595 da Lei no. 5689, de 11 de janeiro de 1973, e alterações posteriores (o "Código de Processo Civil").

5.2. As Fiadoras obrigam-se a pagar o Valor Garantido, nos termos da cláusula 5.1. acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e às Fiadoras, informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e fora do âmbito da CETIP.

5.2.1 As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, observado, entretanto, que as Fiadoras desde já concordam e se obrigam a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor

honrado pelas Fiadoras somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura, exceto na medida que seja necessário para preservar os seus direitos contra prescrição e/ou decadência. Ressaltado que, em hipótese alguma, eventual discussão judicial entre as Fiadoras e os Debenturistas implicará em atraso ou suspensão de cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras.

5.2.2 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusarem-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.3. As Garantias deverão ser executadas em ordem exclusivamente definida pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em sede de AGD, devidamente convocada para este fim, observado o disposto na cláusula 5.3.1 abaixo.

5.3.1 Sem prejuízo do disposto na cláusula 5.3. acima, a garantia objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos somente poderá ser executada após a execução das demais Garantias e desde que realizada a cobrança da Emissora e a dívida não seja paga.

5.4. O resgate integral das Debêntures pela Emissora implicará, desde que todo e qualquer pagamento referente ao Valor Garantido seja integralmente realizado, na liberação automática dos ônus constituídos nos termos dos Instrumentos de Garantia Fiduciária, bem como na extinção das Garantias.

5.5. Mediante notificação por escrito da Emissora ao Agente Fiduciário ("Notificação de Liberação"), a qual deverá estar acompanhada de comunicação enviada à Emissora pelos Financiadores de Longo Prazo: (a) informando sobre a aprovação do Financiamento de Longo Prazo ou (b) solicitando a constituição da garantia de fiança para o Financiamento de Longo Prazo ("Comunicação dos Financiadores de Longo Prazo") e após a confirmação da autenticidade da comunicação junto aos Financiadores de Longo Prazo pelo Agente Fiduciário, mediante a confirmação pelo Agente Fiduciário do timbre do Financiador de Longo Prazo, o Agente Fiduciário liberará: (i) as Garantias aos Financiadores de Longo Prazo aos Financiadores de Longo prazo na hipótese do item (a) acima; ou (ii) as ações ordinárias da Holding dadas em garantia por meio do Contrato de Alienação Fiduciária das Ações da Holding e do Contrato de Alienação Fiduciária das Ações da Holding de Titularidade dos Fundos a terceiros garantidores do Financiamento de Longo Prazo na hipótese do item (b) acima, conforme indicado pelos Financiadores de Longo Prazo na Comunicação dos Financiadores de Longo Prazo, com exceção da Fiança, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Notificação de Liberação, para que as Garantias viabilizem o desembolso de Financiamentos de Longo Prazo.

5.5.1. Caso: (i) ocorra o cancelamento ou a suspensão do Financiamento de Longo Prazo ou (ii) a Emissora não comprove a celebração do contrato correspondente ao Financiamento de Longo Prazo em até 3 (três) dias úteis contados do término do prazo concedido pelo Financiador de Longo Prazo para celebração de referido do contrato pela Emissora e informado pelo Financiador de Longo Prazo em comunicação enviada à Emissora, a Emissora deverá em até 5 (cinco) Dias Úteis da constatação deste fato notificar o Agente Fiduciário e reconstituir as Garantias, sob pena de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 8.2 desta Escritura.

CLÁUSULA VI

ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

6.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura e/ou às Garantias deverão ser celebrados por escrito entre todas as partes de referidos documentos e arquivados na JUCEC e nos Cartórios de Títulos e Documentos descritos nas Cláusulas 3.8.1., conforme aplicável.

CLÁUSULA VII

AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E RESGATE ANTECIPADO TOTAL

7.1. Amortização Extraordinária

7.1.1 A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, amortização extraordinária, do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"), sendo certo que a Amortização Extraordinária será obrigatória na hipótese de liberação de qualquer parcela do Financiamento de Longo Prazo, para a Emissora, que não seja suficiente para realizar o Resgate Antecipado Total das Debêntures.

7.1.2 A Amortização Extraordinária deverá ser precedida de notificação por escrito da Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária"). A Emissora deverá comunicar a CETIP, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização de Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

7.1.3 O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Extraordinária ("Valor de Amortização Extraordinária") será equivalente ao percentual do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado, acrescido, neste caso limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido:

Handwritten signature and scribbles at the bottom of the page, including the number 21 and various marks.

- (a) da Remuneração devida e ainda não paga, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a Data de Amortização Extraordinária; e
- (b) dos encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária.

7.1.4 A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado antecipadamente.

7.1.5 O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta cláusula, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em Circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

7.1.6 Qualquer Amortização Extraordinária decorrente de desembolso de recursos do Financiamento de Longo Prazo deverá ter sido paga aos Debenturistas, observados os procedimentos descritos nesta cláusula, no período máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do efetivo desembolso dos recursos do Financiamento de Longo Prazo na Conta Corrente.

7.1.7. Os recursos do Financiamento de Longo Prazo disponibilizados na Conta Corrente poderão ser aplicados pela Emissora em títulos ou fundos de renda fixa com liquidez diária, lastro em títulos públicos e baixo risco, até a data de Amortização Extraordinária.

7.2. Resgate Antecipado Total

7.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado total das Debêntures em Circulação ("Resgate Antecipado Total"), sendo certo que o Resgate Antecipado Total será obrigatório na hipótese de liberação de parcela dos Financiamentos de Longo Prazo, para a Emissora, que seja suficiente para realizar o Resgate Antecipado Total das Debêntures.

7.2.2. O Resgate Antecipado Total será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) por meio de comunicação da Emissora enviada ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para o Resgate Antecipado Total ("Comunicação de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Total, incluindo: (a) que o resgate será total; (b) a data para o resgate das

Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; e (c) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas; e

- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado Total ("Valor de Resgate Antecipado"), calculada nos termos desta Escritura de Emissão, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data.

7.2.2.1 Sem prejuízo do envio da Comunicação de Resgate Antecipado Total ao Agente Fiduciário, a Emissora também publicará referida comunicação nos jornais de grande circulação por ela habitualmente utilizados em até 3 (três) dias úteis da data prevista para o Resgate Antecipado Total.

7.2.3. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, no caso de Resgate Antecipado Total, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser comunicada pela Emissora, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data estipulada para o Resgate Antecipado Total.

7.2.4. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Total deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

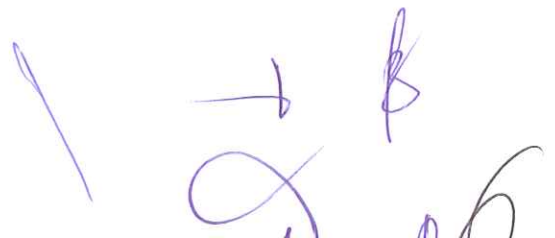
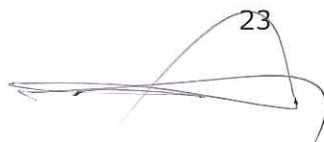
7.2.5. Não será admitido resgate antecipado parcial das Debêntures.

7.2.6 Qualquer Resgate Antecipado Total decorrente de desembolso de recursos do Financiamento de Longo Prazo deverá ter sido pago aos Debenturistas, observados os procedimentos descritos nesta cláusula, no período máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do efetivo desembolso dos recursos do Financiamento de Longo Prazo na Conta Corrente.

7.2.7 A inobservância do prazo estipulado no item 7.2.6 acima constituirá uma hipótese de vencimento antecipado automático nos termos da Cláusula 8.1.

7.2.8. Os recursos do Financiamento de Longo Prazo disponibilizados na Conta Corrente poderão ser aplicados pela Emissora em títulos ou fundos de renda fixa com liquidez diária, lastro em títulos públicos e baixo risco, até a data de Resgate Antecipado Total.

23




CLÁUSULA VIII

VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. Por meio do Agente Fiduciário, mediante prévio aviso à Emissora, enviada nos termos da Cláusula XIII abaixo, os titulares das Debêntures poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir de imediato o pagamento da totalidade do saldo devedor em aberto, apurado na forma da lei, nas seguintes hipóteses de:

- (a) descumprimento pela Emissora ou pelos Intervenientes Garantidores, de quaisquer de suas respectivas obrigações, pecuniárias, previstas nesta Escritura ou nas Garantias (os "Documentos da Oferta");
- (b) descumprimento, pela Emissora ou pelos Intervenientes Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária descrita nos Documentos da Oferta, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que a obrigação tornou-se exigível, salvo se houver prazo de cura específico na obrigação não pecuniária descumprida;
- (c) decretação do vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores e/ou de suas respectivas controladas e/ou coligadas, cujo valor unitário ou agregado supere R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a Emissora ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para os Intervenientes Garantidores, ou seu equivalente em outras moedas, desde que não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis;
- (d) não pagamento em até 5 (cinco) dias úteis da data de vencimento original de quaisquer obrigações financeiras da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores e/ou de suas controladas, assim entendidas aquelas empresas que tenham seus balanços consolidados aos da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a Emissora ou R\$ 5.000.000,00 para os Intervenientes Garantidores, ou o seu equivalente em outras moedas;
- (e) ocorrência de mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores, direta ou indiretamente, por meio ou não de acordo de acionistas, sem a prévia aprovação dos Debenturistas;
- (f) ocorrência de cisão, incorporação, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores, salvo

24



se aprovada pela AGD a ser realizada nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

- (g) a Emissora ou os Intervenientes Garantidores e/ou suas respectivas controladas sofrer(em) protestos legítimos de título(s) cujo valor individual ou agregados sejam superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a Emissora ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para os Intervenientes Garantidores, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for cancelado ou suspenso judicialmente, em qualquer hipótese, dentro do prazo legal;
- (h) (i) decretação de falência da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores e/ou de suas controladas; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou pelos Intervenientes Garantidores e/ou suas controladas; (iii) pedido de falência da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores e/ou de suas controladas, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores e/ou de suas controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- (i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora ou contras os Intervenientes Garantidores e/ou suas controladas, em valor agregado igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a Emissora ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para os Intervenientes Garantidores, ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias corridos da data estipulada para o pagamento;
- (j) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades das ações do capital social da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores;
- (k) transformação do tipo societário da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, com exceção das operações autorizadas dispostas na alínea "f" desta Cláusula 8.1;

- (m) as declarações feitas pela Emissora e pelos Intervenientes Garantidores na Cláusula XII desta Escritura sejam, na Data de Emissão das Debêntures, falsas ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas, inconsistentes ou incompletas;
- (n) os recursos obtidos com a Emissão sejam aplicados e/ou destinados de forma diversa à prevista na presente Escritura;
- (o) a qualquer tempo, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, que comprovadamente afetem de forma significativa o regular exercício das atividades da Emissora e/ou de suas controladas (incluindo, sem limitação, a revogação da licença de instalação do Parque Eólico Faísas V; e da licença prévia da linha de transmissão de energia elétrica do Parque Eólico Faísas V) e, qualquer um desses descumprimentos na seja sanado dentro de 30 (trinta) dias (ou período mais longo, desde que não excedente a 60 (sessenta) dias adicionais, tal como possa ser razoavelmente necessário para o saneamento de tal descumprimento e desde que a Emissora se encontre diligentemente buscando tal saneamento), após uma das seguintes datas, o que ocorrer primeiro (i) a data em que um membro da administração da Emissora venha a efetivamente tomar conhecimento de tal descumprimento, e (ii) a data em que um aviso escrito a respeito do referido descumprimento for dado à Emissora pelo Agente Fiduciário;
- (p) não constituição plena das Garantias, não contratação do Seguro-Performance e não cumprimento das obrigações previstas nos Documentos da Oferta, nos prazos neles previstos, ou não aprovação, pelos Debenturistas, reunidos em AGD, acerca de proposta de reforço ou substituição de uma ou mais garantias caso estas tenham sido objeto de questionamento judicial que tenha afetado o cumprimento de quaisquer obrigações previstas no âmbito das Debêntures, sendo que a referida AGD deverá ser convocada pela Emissora em prazo não superior a 15 (quinze) dias contados do início do questionamento judicial de que trata esta alínea;
- (q) a contratação ou celebração pela Emissora, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, de qualquer operação, financiamento, assunção de dívidas, transações ou garantias que acarretem aumento do nível de endividamento da Emissora, com exceção dos Financiamentos de Longo Prazo já previstos e das fianças bancárias para os Financiamentos de Longo Prazo;
- (r) a Emissora, direta ou indiretamente, venda, transfira, doe, ceda, empenhe, onere, grave ou aliene de qualquer outro modo seus ativos ou direitos, salvo se

expressamente autorizado pelos Debenturistas, com exceção dos contratos de compartilhamento de ativos (Subestação Elevatória, Bay de Conexão e Linha de Transmissão) que fazem parte do "modus operandi" da Emissora;

- (s) os Intervenientes Garantidores, direta ou indiretamente, vendam, transfiram, doem, cedam, empenhem, onerem, gravem ou alienem de qualquer outro modo seus ativos ou direitos sobre a Emissora, salvo se expressamente autorizado pelos Debenturistas;
- (t) a subscrição e integralização pela Holding ou pelos Controladores, caso a Holding não o faça, de ações ordinárias de emissão das empresas detentoras dos parques eólicos do Complexo Faísa, no valor mínimo de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais) não sejam efetuados em até 150 (cento e cinquenta dias) dias contados da Data da Emissão.;
- (u) descumprimento pela Emissora das obrigações de que tratam a cláusula 9.1 "u", "x" e "y" abaixo;
- (v) alienação integral a terceiros do Complexo Faísa ou de parte substancial de seus ativos sem o consentimento prévio e expresso dos Debenturistas;
- (w) descumprimento pelos Fundos da obrigação de que trata a cláusula 12.3 abaixo; e
- (x) descumprimento pelos Fundos ou pela Enerplan das obrigações assumidas nas cláusulas 12.3.2 e 12.3.3 abaixo.

8.1.1. Os valores mencionados nas alíneas (c), (d), (g) e (i) acima serão reajustados ou corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou índice que vier a substituí-lo.

8.1.2. A Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores obrigam-se a, tão logo tenham conhecimento de qualquer dos eventos descritos nas alíneas acima, comunicarem imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

8.2. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 8.1 acima – com exceção das hipóteses previstas nas alíneas (a), (c), (h), (k), (n), (o), (q), (r), (s), (t), (u), (w) e (x) os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula XI abaixo, deverão convocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da ciência da ocorrência, AGD. O vencimento antecipado nessas hipóteses não será declarado se, em referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, deliberarem pela não decretação do vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora e pelos Intervenientes Garantidores.

8.2.1. Caso o vencimento antecipado das Debêntures esteja fundamentado na hipótese **constante da alínea (a), (c), (h), (k), (n), (o), (q), (r), (s), (t), (u), (w) e (x) da Cláusula 8.1 acima, as** Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

8.2.2. Na hipótese de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 8.2 por falta de quorum, uma segunda convocação deverá ser realizada dentro do prazo de 5 (cinco) dias. Caso não haja quorum para esta segunda chamada, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 8.1 acima.

CLÁUSULA IX OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

9.1. Sem prejuízo das demais obrigações aqui estabelecidas, a Emissora assume as seguintes obrigações:

- (a) Observado o disposto na cláusula 12.3.2 abaixo, sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária, assim entendida a obrigação de efetuar pagamento de valor de principal e juros descritos nesta Escritura, prevista nos Documentos da Oferta, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social a Emissora, observando sempre o disposto nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Direitos Creditórios da Emissora;
- (b) Fornecer ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis, todas as informações que lhe tenham sido razoavelmente solicitadas, por escrito, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação Emissão. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas por ela, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inverdades ou omissões relativas a tais informações;
- (c) Manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Emissão, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (d) Preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;

- (e) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (f) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras anuais a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (h) Divulgar suas demonstrações financeiras anuais, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização, enviando as referidas demonstrações financeiras em conjunto com as notas explicativas e parecer dos auditores independentes explicitadas acima ao Agente Fiduciário na data de sua publicação, bem como envio de declaração dos representantes legais da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (i) Informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle da Emissora, no encerramento de cada exercício social;
- (j) Quando aplicáveis, cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (k) Observar as disposições da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (l) Divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 2002, comunicando imediatamente o Coordenador e o Agente Fiduciário;
- (m) Encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis

após a solicitação feita pelo Agente Fiduciário;

- (n) Encaminhar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 8.1, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência;
- (o) Encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida, relacionada a um evento de inadimplemento das obrigações assumidas nesta Escritura, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento;
- (p) Manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, Banco Depositário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (q) Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses do Debenturista ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- (r) Fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCEC;
- (s) Informar o Agente Fiduciário sobre qualquer depreciação no valor dos bens objeto dos Instrumentos de Garantia Fiduciária, por declaração escrita, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu conhecimento;
- (t) Cumprir integralmente com suas obrigações regulatórias, no âmbito da legislação aplicável ao setor elétrico brasileiro, sobretudo em relação às obrigações instituídas pela ANEEL;
- (u) Envidar os melhores esforços para que a Suzlon celebre o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento pelo Agente Fiduciário da Notificação de Desembarço Aduaneiro, constituindo a garantia de Alienação Fiduciária sobre os Equipamentos, nos termos das cláusulas 5.1 e 5.1.1 acima;
- (v) Entregar ao Agente Fiduciário, nos prazos indicados no Cronograma das Etapas do Transporte, cópia dos documentos descritos na cláusula 4.1.4 "a" acima, a fim de permitir o acompanhamento do desembarço aduaneiro dos Equipamentos, os quais serão encaminhados aos Debenturistas, sendo certo que caso ocorra o descumprimento do Cronograma das Etapas do Transporte, a Emissora

encaminhará ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da constatação de referido descumprimento, carta apresentando justificativas para o descumprimento dos prazos ali previstos a qual será disponibilizada pelo Agente Fiduciário nos termos da cláusula 4.1.4.2. exclusivamente para ciência dos Debenturistas;

- (w) Não realizar nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou que seja cancelado o saldo das Debêntures não colocadas;
- (x) Realizar a Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado Total, conforme o caso, sempre que receber recursos decorrentes do Financiamento a Longo Prazo, nos termos da Cláusula VII acima;
- (y) Constituir a garantias objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, no prazo previsto na cláusula 5.1 acima;
- (z) Enviar a Notificação de Amortização Extraordinária ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 7.1.2. acima, tão logo a Emissora decida realizar a Amortização Extraordinária; e
- (aa) Solicitar o consentimento expresso dos Debenturistas para alienar integralmente o Complexo Faísa ou vender parte substancial de seus ativos à terceiros.

CLÁUSULA X

AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

10.2. Declaração

10.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;

- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) que, na qualidade de representante dos interesses dos Debenturistas e nos termos do artigo 5, VI, da Resolução Normativa nº 389, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, renuncia a qualquer ação ou direito contra a ANEEL e/ou o poder concedente caso os Instrumento de Garantia Fiduciária venham a ser executados.

10.3. Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD (abaixo definido) para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser

substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.3.6 abaixo.

10.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983; e eventuais normas posteriores.

10.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEC.

10.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.


10.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD (abaixo definido).

10.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

10.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

33



- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o cumprimento pontual da obrigação da Emissora prevista na cláusula 9.1 "u" acima;
- (i) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela escritura de emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (j) intimar a Emissora a reforçar as garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (k) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da

Fazenda Pública, onde se localizam a sede do estabelecimento principal da Emissora e as Garantias;

- (l) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (m) convocar, quando necessário, a AGD (abaixo definido) mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.2.1., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (n) comparecer à AGD (abaixo definido) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - o.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - o.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - o.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - o.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - o.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - o.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - o.7) verificar o cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 8.1, sem prejuízo da obrigação da Emissora e dos Intervenientes Garantidores de que trata a cláusula 8.1.2 acima;
 - o.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

- o.9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures.
- (p) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "o" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- p.1) na sede da Emissora;
- p.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- p.3) na CVM; e
- p.4) na CETIP;
- (q) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 2.2.1., às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "p";
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, e/ou à CETIP;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- 1) à CVM; e
- 2) à CETIP;
- (u) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos nos itens 8.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;

- (v) disponibilizar o cálculo do valor da Remuneração das Debêntures, a ser realizado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (w) Enviar mensalmente aos Debenturistas, até o 3º (terceiro) Dia Útil do mês subsequente, relatório com a posição consolidada dos recebíveis cedidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, conforme informações que serão reproduzidas a partir do extrato da conta onde os mesmos são depositados, bem como o saldo devedor das Debêntures;
- (x) Disponibilizar mensalmente aos Debenturistas, até o 3º Dia Útil do mês subsequente, nos canais de atendimento do Agente Fiduciário, incluindo o endereço eletrônico do Agente Fiduciário na rede mundial de computadores, relatório com a posição consolidada de todas as garantias constituídas e com o acompanhamento das garantias a serem constituídas e em processo de constituição, conforme informações disponíveis de acordo com cada garantia, bem como o saldo devedor das Debêntures, conforme o Anexo VI da presente Escritura. As Partes encontram-se cientes e de acordo que o envio das informações dispostas neste item possui caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade do Agente Fiduciário, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo. Os Debenturistas poderão requerer ao Agente Fiduciário cópia do relatório descrito na presente alínea (x), ficando certo desde já que neste caso o Agente Fiduciário deverá encaminhar o relatório para o endereço indicado pelos Debenturistas, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento de referida solicitação dos Debenturistas pelo Agente Fiduciário.

10.5. Atribuições Específicas

10.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora; e

- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. Observado o disposto na Cláusula 8.2., o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (b) da Cláusula 10.5.1., quando convocada a AGD (abaixo definido), esta assim o autorizar por deliberação de titulares representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 10.5.1.

10.5.3. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

10.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

10.5.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.5.6. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.6. Remuneração do Agente Fiduciário

10.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcela única de R\$8.000,00 (oito mil reais), sendo que referida parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura e a título de remuneração complementar pelo monitoramento e envio do relatório mensal, descrito na alínea (x) da cláusula 10.4 acima, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais;
- (b) em caso de mora no pagamento da remuneração prevista no item 10.6.1. (a), os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- (c) a remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do- IGPM/FGV ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas do pagamento seguinte, calculadas *pro rata die* se necessário;

10.6.2 As parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração.

10.7. Despesas

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis, devidamente comprovadas e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive

honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, incluindo-se também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas, desde que, sempre que possível, sejam previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora.

10.7.2. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado, em até 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e no momento do desembolso das Debêntures.

10.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 10.7.1 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações

pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

- (e) despesas com registros, caso sejam realizados pelo Agente Fiduciário;
- (f) despesas de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que devidamente comprovadas à Emissora; e
- (g) despesas com cartórios e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

CLÁUSULA XI

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.1. Convocação

11.1.1 A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 11.2.2 desta Escritura), ou pela CVM.

11.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura. Independentemente das formalidades legais previstas, será considerada regular a assembleia a que comparecerem todos os Debenturistas.

11.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

11.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 11.2.2 desta Escritura), independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

11.2. Quorum de Instalação

11.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 11.2.2 desta Escritura) e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

11.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

11.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1 Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação.

11.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 11.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

11.4.3 As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento Efetivo da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas nesta Escritura; (vi) modificação dos quoruns de deliberação estabelecidos nesta cláusula; (vii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula IX; (viii) alteração das obrigações do Agente

Fiduciário, estabelecidas na Cláusula X; ou (ix) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula XI.

CLÁUSULA XII
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS INTERVENIENTES
GARANTIDORES

12.1. Declarações da Emissora. A Emissora declara e garante aos Debenturistas que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração dos Documentos da Oferta e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida pela Emissora;
- (c) os Documentos da Oferta constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (d) a celebração dos Documentos da Oferta e a colocação das Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo, bem ou direito da Emissora, com exceção dos ônus criados por meio dos Instrumentos de Garantia Fiduciária;
- (e) está devidamente autorizada a celebrar os Documentos da Oferta e a cumprir com suas respectivas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, à emissão das Debêntures e concessão das Garantias, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) as obrigações da Emissora nos termos dos Documentos da Oferta constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas e gozam de privilégio decorrente de garantia real, constituída por meio dos Instrumentos de Garantia Fiduciária, com relação a todas as demais dívidas e obrigações da Emissora, ressalvados os privilégios ou preferências estabelecidas por lei;

- (g) as operações e propriedades da Emissora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor;
- (h) no seu conhecimento, não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Material Adverso;
- (i) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria um Efeito Material Adverso ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora, conforme o caso tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) cumpre em todos os aspectos relevantes com todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto (i) com relação àquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados e/ou (ii) na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (k) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, com as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e/ou (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (l) nesta data, detém as licenças previstas na Cláusula 8.1, alínea "o"; (ii) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigado, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso; (iii) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; e (iv) o

cumprimento de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta e da emissão das Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

- (m) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso, exceto aquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados;
- (n) mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada; a Emissora não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Material Adverso;
- (o) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora; (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade dos ativos da Emissora; (iii) o acesso aos ativos da Emissora seja permitido apenas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração; e (iv) os ativos registrados na contabilidade da Emissora sejam comparados com os ativos existentes em intervalos razoáveis de tempo e as medidas apropriadas sejam tomadas em relação a quaisquer diferenças; exceto onde a não manutenção de um sistema de controle interno de contabilidade não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (p) possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;

- (q) na Data de Liquidação e, imediatamente após, a Emissora, após ter efetuado a colocação das Debêntures, será solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (r) não omitiu dos Debenturistas nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Material Adverso;
- (s) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pela Emissora aos Debenturistas anteriormente, ou concomitantemente, a presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (t) as demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora.
- (u) as demonstrações financeiras da Emissora acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve, no melhor entendimento da Emissora, nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Material Adverso à Emissora;
- (v) a Emissora ou qualquer de seus bens não possui qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação àqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público;
- (w) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam dos Documentos da Oferta, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (x) é legítima detentora dos direitos e obrigações contidos nos contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica;

- (y) formalizará como condição para a emissão das Debêntures, juntamente com as detentoras dos demais parques eólicos do Complexo Faísas, todos os contratos necessários para a conclusão dos empreendimentos a serem efetuados por ela, com valor igual ou inferior a R\$480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de reais);
- (z) consultará os Debenturistas sobre qualquer decisão ou alteração que envolva o Contrato EPC.

12.1.1. A Emissora compromete-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

12.1.2. Para fins desta cláusula e da seguinte, "Efeito Material Adverso" significa qualquer circunstância ou fato, que modifique adversamente a condição econômico-financeira da Emissora e/ou dos Intervenientes Garantidores, de modo a afetar a sua capacidade de cumprir com suas obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta e da emissão das Debêntures.

12.2. Declarações dos Intervenientes Garantidores.

12.2.1. Os Intervenientes Garantidores declaram e garantem que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade limitada de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração dos Documentos da Oferta e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente por elas assumidas;
- (c) os Documentos da Oferta por elas celebrados constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes de sua parte, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (d) a celebração dos Documentos da Oferta e a colocação das Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais sejam parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses

contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Intervenientes Garantidores;

- (e) estão devidamente autorizadas a celebrar os Documentos da Oferta e a cumprir com suas respectivas obrigações, e obtiveram todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, à concessão das Garantias, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) as operações e propriedades dos Intervenientes Garantidores cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças em vigor;
- (g) no seu conhecimento, não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra os Intervenientes Garantidores, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Material Adverso;
- (h) cumprem, em todos os seus aspectos relevantes, com as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhes são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizem negócios ou possuam ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e/ou (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (i) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento dos Intervenientes Garantidores razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso, exceto aquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados;
- (j) não omitiram dos Debenturistas nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Material Adverso;
- (k) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pelos Intervenientes Garantidores aos Debenturistas anteriormente, ou concomitantemente, a presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações

(consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

- (l) os Intervenientes Garantidores ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação àqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público;
- (n) a Holding ou os Controladores, caso a Holding não o faça, subscreverão e integralizarão, em até 150 (cento e cinquenta) dias contados do dia 06 de junho de 2012, ações ordinárias de emissão das empresas detentoras dos parques eólicos do Complexo Faísá, no valor mínimo de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais);
- (o) a Emissora consultará os Debenturistas sobre qualquer decisão ou alteração que envolva o Contrato EPC;

12.3. Os Fundos declaram e garantem que assinam a presente Escritura como Intervenientes Garantidores e se obrigam a capitalizar a Emissora mediante a subscrição e integralização de ações ou operação de dívida no valor de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões) de reais, se faltarem recursos para o cumprimento do cronograma físico-financeiro estabelecido no Anexo II à presente Escritura na forma então vigente conforme acordado entre as Partes ("Cronograma Físico-Financeiro").

12.3.1. As Partes desde já concordam que o Cronograma Físico-Financeiro anexo a presente Escritura tem caráter apenas informativo perante o Agente Fiduciário e aos Debenturistas, não cabendo a estes qualquer responsabilidade, atribuição ou obrigação em relação ao mesmo.

12.3.2. Os Fundos e a Enerplan declaram, ainda, que subscreveram Ações Preferenciais Classe A, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária da Holding datada de 29 de junho de 2012 ("Ações Preferenciais Classe A da Holding"), as quais garantem aos seus detentores, os seguintes direitos: (i) direito a recebimento de dividendos fixos, prioritários e cumulativos a serem pagos anualmente, no último dia útil do mês de maio de cada ano; (ii) serão resgatáveis após a aprovação, por maioria simples, da Assembleia Geral Extraordinária e após o pagamento integral dos valores devidos a título de Dividendos Fixos Cumulativos; e (iii) não terão quaisquer direitos a votos nas Assembleias Gerais da Holding. Nesse contexto, os Fundos e a Enerplan renunciam expressamente aos direitos de recebimento dos dividendos mencionados no

subitem (i) acima, bem como se comprometem a não solicitar, realizar, aprovar, sob qualquer efeito, qualquer operação de resgate de Ações Preferenciais Classe A da Holding, nos termos do subitem (ii) acima enquanto não tiverem sido liquidadas todas e quaisquer obrigações pecuniárias relativas as Debêntures ora emitidas.

12.3.3. Os Fundos, a Enerplan e a Holding declaram e garantem que novas subscrições ou integralizações de Ações Preferenciais Classe A da Holding ou de Ações Preferenciais da Emissora respectivamente, ocorrerão apenas e tão somente após a integralização de ações ordinárias nos termos da cláusula 12.2.1. (n) acima, salvo na hipótese única de integralização do saldo remanescente do montante equivalente a 10% (dez por cento) das Ações Preferenciais Classe A da Holding nos termos dos boletins de subscrição anexos à ata de Assembleia Geral Extraordinária da Holding datada de 29 de junho de 2012, o que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2012.

12.3.4. A fim de estender a aplicação do quanto disposto na cláusula 12.3.2 acima a eventuais sucessores ou adquirentes de quaisquer das Ações Preferenciais Classe A, os Fundos, a Enerplan e a Holding comprometem-se a transcrever seu inteiro teor para o livro de registro de ações da Holding, enviando cópia do mesmo para o Agente Fiduciário no prazo de até o dia 10 de outubro de 2012.

CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os endereços abaixo descritos e serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços abaixo. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem:

Para a Emissora:

Eólica Faísas V – Geração e Comercialização de Energia S.A.

Avenida Carlos Gomes, n.º 222, conjunto 1102

Porto Alegre - RS

Atenção: Luis Galdino

Telefone: 51 30180877

Com cópia para:

Rua Dom Pedro II, 723

Porto Alegre - RS

Atenção: Rogério Wallau
Telefone: 51 33295555

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514
CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado
(Assuntos Jurídicos e Estruturação)
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br / juridico@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Mandatário/Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar
04532-132 São Paulo – SP At. Ana Paula Striguetta@itau-unibanco.com.br

Para os Intervenientes Garantidores:

Eólica Faísas S.A.

Avenida Carlos Gomes, n.º 222, conjunto 1102
Porto Alegre – RS
Atenção: Luis Galdino
Telefone: 51 30180877
Com cópia para:
Rua Dom Pedro II, 723
Porto Alegre – RS
Atenção: Rogério Wallau
Telefone: 51 33295555

Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto.

Rua Dom Pedro II, 723
Porto Alegre – RS
Atenção: Rogério Wallau
Telefone: 51 33295555

Fundos

Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
Av das Nações Unidas 14171, torre A 7º andar
São Paulo, SP, Brasil
Atenção: Reinaldo H Lacerda
Telefone: 51715038

Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda

Avenida Senador Virgílio Távora, nº 195, Fortaleza, CE
CEP: 60.170-250 – Meireles, Fortaleza, CE

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663/4º andar
São Paulo, SP - CEP 01452-001
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
At.: Gerência de Valores Mobiliários
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

13.1.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

13.1.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 13.1.2 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

13.1.4. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

13.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

13.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.5. Foro

Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado do Ceará, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.


Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Trairí, 26 de setembro de 2012.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real cumulada com Garantia Fidejussória em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Eólica Faísas V - Geração e Comercialização de Energia S.A..

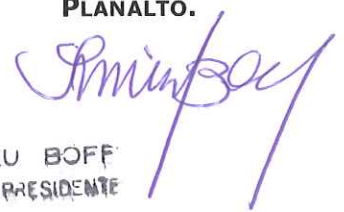
**EÓLICA FAÍSA V - GERAÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

por:


ROGÉRIO AUGUSTO DE WALLAU LUIZ GALDINO NETO
DIRETOR EXECUTIVO DIRETOR EXECUTIVO
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

**OLEOPLAN S.A. ÓLEOS VEGETAIS
PLANALTO.**

por:


RINEU BOFF
J.R. PRESIDENTE

FAÍSA HOLDINGS S.A..

por:


Nilsimara Oliveira
Kojo Ferreira
Procuradora

por:


ROGÉRIO AUGUSTO DE WALLAU LUIZ GALDINO NETO
DIRETOR EXECUTIVO DIRETOR EXECUTIVO
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

**FIP EM INFRAESTRUTURA BB VOTORANTIM
ENERGIA SUSTENTÁVEL I**

por:


Robert John van Dijk, Reinaldo Lacerda

**FIP EM INFRAESTRUTURA BB VOTORANTIM
ENERGIA SUSTENTÁVEL II**

por:


Robert John van Dijk, Reinaldo Lacerda

**FIP EM INFRAESTRUTURA BB VOTORANTIM
ENERGIA SUSTENTÁVEL III**

por:



Robert John van Dijk, Reinaldo Lacerda


SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA

por:


SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA.
Camilo Afonso Pontes
CPF: 009.613.788-67

TESTEMUNHAS:


NOME: MARCOS VINÍCIUS MAIA DE OLIVEIRA
R.G.: 43845876-X
CPF/MF: 347.550.058-25


NOME: Melissa Montenegro Furtado
R.G.: 94002253923 SSP/CE
CPF/MF: 767.217.103-82

ANEXO I – LISTA DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

- Contrato de Energia de Reserva nº 85/09, celebrado entre Eólica Faísas V – Geração e Comercialização de Energia Ltda. e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE em 12 de janeiro de 2011;

ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

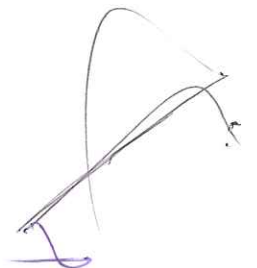
REALIZ. P/ CONTRA

2012 jul 12 2012 ago 12 2012 set 12 2012 out 12 2012 nov 12 2012 dez 12 2013 jan 13 2013 fev 13 2013 mar 13 2013 abr 13 2013 mai 13 2013 jun 13 2013 jul 13 2013 ago 13 2013 set 13

Quadro de Inversões

	0	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013
Construções Cíveis																		
Construção de Fundações, cfe. Contrato	860,4	379,1	4.137,4	1.800,4	3.537,4	-	-	-	328,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção de Acessos, Plataformas e Vais, cfe. contrato	484,4	-	3.000,1	663,1	2.400,1	-	-	-	200,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Projetos	376,0	379,1	1.137,3	1.137,3	1.137,3	-	-	-	127,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificações, cfe. orçamento	190,8	37,7	3,0	1,0	166,4	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Consultoria Medição e Análise de Estudos Edícios, cfe. contrato	27,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos Arqueológicos Diversos, cfe. contrato	42,0	3,0	3,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Levantamento Planialtimétrico, cfe. contrato	26,4	18,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos/Certificações Ambientais Diversas, cfe. contrato	19,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudo para Conexão a LT da CHESF, cfe. orçamento	21,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elaboração Projeto Econômico-Financeiro, cfe. contrato	16,0	16,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elaboração de Projeto Básico	20,0	-	-	-	165,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instalações	16,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const. Linha Transmissão de 230 kv, c/52 km, cfe. contrato	531,9	63,4	137,2	785,1	819,5	969,3	350,8	256,6	269,5	138,9	329,5	-	-	-	-	-	-	-
Const. Rede Interna Subterrânea, cfe. Contrato	514,5	-	-	-	-	294,3	287,8	230,8	248,9	138,9	329,5	-	-	-	-	-	-	-
Const. de Bay de Conexão, cfe. contrato	17,4	37,6	-	685,0	570,9	612,0	-	-	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mão/Equip. Estrangeiros	-	25,8	137,2	100,1	248,6	62,9	62,9	25,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquis. Cj. Aerogerador Montado SUZLON S95 - 2,1 MW - V3 - STV, cfe. cont.	3.032,1	32,8	32,8	-	15.203,1	-	-	7.601,6	-	7.601,6	-	26.605,5	-	-	-	19.003,9	-	-
Aquis. Cj. Aerogerador Montado SUZLON S97 - 2,1 MW - V3 - STV, cfe. cont.	3.050,0	-	-	-	-	-	-	7.601,6	-	7.601,6	-	26.605,5	-	-	-	19.003,9	-	-
Aquis. e Instal. Torres de Medição, cfe. Contrato	42,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mão/Equip. Nacionais	814,6	890,8	1.038,9	730,4	1.385,9	514,6	-	411,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquis. Subestação Unitária Completa, cfe. contrato	-	-	-	823,6	549,0	1.098,1	137,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const. Subestação Elevadora Completa, cfe. Contrato	814,6	890,8	215,3	181,4	287,9	377,4	-	411,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Desp. Implantação	691,3	180,6	253,7	238,3	2.020,4	146,2	105,6	129,3	24,9	96,3	22,2	285,0	3,6	193,7	-	-	-	-
Acompanhamento / Salvamento Arqueológico, cfe. Proposta	36,4	-	27,5	42,0	6,0	6,0	6,0	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acompanhamento Ambiental, cfe. Proposta	61,2	22,8	28,4	33,7	17,7	17,7	17,7	39,1	17,7	17,7	17,7	17,7	2,6	2,6	-	-	-	-
Compensação Ambiental, Conforme Legislação em vigor.	72,9	72,9	72,9	72,9	72,9	72,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos Ambientais de LT	39,1	22,4	21,9	17,5	18,9	10,6	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Gerenciamento da LT	10,5	6,0	5,9	4,7	5,1	2,8	6,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituição da Servidão da LT	51,1	29,2	28,6	22,9	24,7	13,8	32,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contingências da LT	18,5	10,6	10,3	8,3	8,9	5,0	11,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguros e Garantias Diversas, cfe. orçamento	208,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
França Linha de Transmissão	60,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos Administrativos Diversos Pré-Operacionais, cfe. orçamento	71,4	1,0	2,8	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Fees Bancários, Despesas Pré-Operacionais Diversas	-	-	-	-	1.654,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contingências	61,0	15,7	55,5	35,2	211,0	16,4	4,5	83,2	6,2	77,6	3,5	266,3	0,0	190,1	-	-	-	-
Juros Durante a Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.181,0	1.584,4	5.602,9	3.555,2	23.132,7	1.631,1	457,3	8.400,1	623,7	7.837,8	352,7	26.891,4	4,6	19.198,5	-	-	-	-

ANEXO III – DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
A	AEROGERADOR				
A 1	EQUIPAMENTOS IMPORTADOS				
A 1.1	Aerogerador Modelo S88-2.1 MW - V3 - STV, incluindo nacela, pás e cubo, painéis elétricos, proteção contra descargas atmosféricas, seguros e dois (2) anos de garantia do produto S95 WTG including nacelle, blades, hub, electric panels, lightning protection, insurance and a two year product warranty				
A 1.2	Aerogerador Modelo S95-2.1 MW - V3 - STV, incluindo nacela, pás e cubo, painéis elétricos, proteção contra descargas atmosféricas, seguros e dois (2) anos de garantia do produto S95 WTG including nacelle, blades, hub, electric panels, lightning protection, insurance and a two year product warranty	und	14,00	4.348.594,14	60.880.317,95
A 1.3	Aerogerador Modelo S97-2.1 MW - V3 - STV, incluindo nacela, pás e cubo, painéis elétricos, proteção contra descargas atmosféricas, seguros e dois (2) anos de garantia do produto S95 WTG including nacelle, blades, hub, electric panels, lightning protection, insurance and a two year product warranty				
A 1.2.1	Consumíveis dos AEGs WTGs consumables				
A 1.2.2	Óleo do gear box do AEGs WTG Gear box oil				
A 1.2.3	Sinal para aviação Aviation Light				
A 1.2.4	Kit padrão de HSE (primeiros socorros, kit de resgate e extintores) HSEC standard kit (first aid kit, rescue kit & fire Extinguisher)				
A 1.4	Torre de aço para altura de cubo de 80 m, incluindo placa de ancoragem da fundação, parafusos de ancoragem, cabos elétricos, iluminação interna, acessórios para cada torre e um dispositivo de impressão para fundação para toda o Parque Eólico 90 m height hub steel tower, including foundation anchor plate, anchor bolts, electrical wiring, indoor lightning, accessories for each tower and a foundation impression device for the entire windfarm				
A 1.5	Torre de aço para altura de cubo de 90 m, incluindo placa de ancoragem da fundação, parafusos de ancoragem, cabos elétricos, iluminação interna, acessórios para cada torre e um dispositivo de impressão para fundação para toda o Parque Eólico 90 m height hub steel tower, including foundation anchor plate, anchor bolts, electrical wiring, indoor lightning, accessories for each tower and a foundation impression device for the entire windfarm	und	14,00	1.298.952,48	18.185.334,72
A 1.6	Sistema SCADA, incluindo torre meteorológica de 80 m, cabo alimentador 750V para a torre (240 m) e SC Power Plant SCADA system, including a 80 m meteorological tower, a 750V feeder cable for the tower (240 m) and SC Power Plant				
A 1.6.1	Reporting license software				
A 1.6.2	Maintenance fee				
A 1.6.3	Communication Loop				
A 1.6.4	Remote Access communication interface				
A 1.6.5	Power plant controller				
A 1.6.6	Scada cables & connectors				
A 1.6.7	SC-met station				
A 1.7	"Grid Standard Compliance"				
A 1.8	Dispositivo de impressão para fundação (Impression Ring) Impression Ring				
A 1.9	Elevador de serviço Elevator				
A 1.10	Imposto de importação (14%) sobre o Aerogerador completo Import tax (14%) on the complete Wind Turbine				
	SUB-TOTAL DO ITEM A 1				79.065.652,70

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature, a checkmark-like mark, and the letter 'B'.

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS

entre

SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA.
Alienante Fiduciante

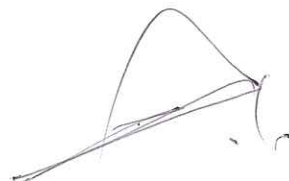
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Agente Fiduciário

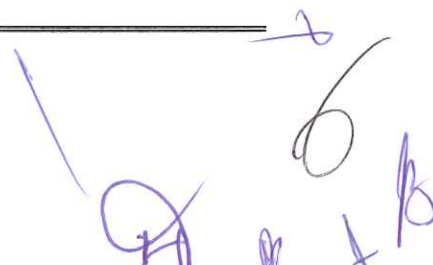
e

EÓLICA FAÍSA V - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Interveniente Anuente

Datado

[•]





CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS

Pelo presente Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos ("Contrato"), celebrado entre:

I - **SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Senador Virgílio Tavora, 195, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF nº 08.146.882/0001-00, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Alienante Fiduciante");

II - **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, representando os interesses dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de Intervenientes Anuentes:

III - **EÓLICA FAÍSA V - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta, com sede na ROD CE 163, s/n, KM 42, sala 05, Cidade de Trairí, Estado do Ceará, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 11.652.254/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Eólica Faísa V" ou "Emissora").

CONSIDERANDO QUE:

- a) A Emissora realizou, em 26 de Setembro de 2012, sua 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, cumulada com garantia fidejussória, em série única, estruturadas de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") ("Emissão"), no valor total de R\$19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais), ("Debêntures"), conforme o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Cumulada com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Eólica Faísa V - Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Escritura");
- b) Os recursos obtidos pela Emissora com a subscrição das Debêntures serão utilizados pela Emissora para o pagamento: (i) do Contrato de Engenharia, Aquisição e Montagem de Equipamentos e Construção de Parque Eólico em Regime de Empreitada Integral por Preço Global assinado em 22 de Agosto de 2012 entre a Emissora e Suzlon Energia Eólica do Brasil S/A ("Contrato EPC"); e (ii) da Cédula de Crédito Bancário nº 0054/12, no valor de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), e seus respectivos aditamentos, emitida pela Emissora em favor do Banco Pine S.A. em 14 de março de 2012 e cujo vencimento está previsto para o dia 22 de outubro de 2012.
- c) A Alienante Fiduciante se tornou legítima proprietária dos equipamentos destinados ao projeto da Emissora e listados no Anexo II ao presente Contrato ("Equipamentos Alienados"), após o desembaraço aduaneiro dos mesmos perante a autoridade alfandegária brasileira, declarando, portanto, a conformidade dos critérios existentes no Anexo IV;

- d) a fim de garantir as obrigações decorrentes das Emissões das Debêntures, a Alienante Fiduciante concorda em alienar fiduciariamente aos Debenturistas, todos os Equipamentos Alienados, após o desembaraço aduaneiro dos mesmos perante a autoridade alfandegária brasileira;

Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa neste Contrato, os termos em maiúsculo aqui empregados terão os significados a eles atribuídos na Escritura.

ISTO POSTO, as partes acima nomeadas têm entre si justo e contratado o quanto segue, a que se obrigam em caráter irrevogável e irretratável, por si e seus sucessores e cessionários.

Cláusula Primeira – Alienação Fiduciária em Garantia

1.1. A fim de garantir o pagamento integral e cumprimento de todas as obrigações decorrentes das Debêntures, como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário ou os Debenturistas venham comprovadamente a desembolsar por conta da execução da presente alienação fiduciária, descritas no Anexo I do presente Contrato ("Obrigações Garantidas"), a Alienante Fiduciante, pelo presente, de forma irrevogável e irretratável, compromete-se a transferir aos Debenturistas, após o desembaraço aduaneiro dos Equipamentos Alienados, de acordo com as disposições dos Artigo 66-B da Lei 4.728, datada de 14 de Julho de 1965, conforme alterada, em alienação fiduciária, de forma absoluta e exclusiva, a propriedade resolúvel e a posse indireta de todos os Equipamentos Alienados. A alienação fiduciária ora instituída e os direitos dela decorrentes compreenderão todos os Equipamentos Alienados, sendo certo que a Alienante Fiduciante permanecerá como fiel depositária, nos termos do artigo 652 do Código Civil Brasileiro, dos Equipamentos Alienados enquanto este Contrato estiver em vigor.

1.2. O resgate integral das Debêntures pela Emissora implicará, desde que todo e qualquer pagamento referente às Obrigações Garantidas seja integralmente realizado, na liberação automática dos ônus constituídos nos termos do Contrato, bem como na extinção da Garantia.

1.2.1. Será ainda causa de extinção da Garantia e consequente liberação automática dos ônus constituídos nos termos deste Contrato sobre os Equipamentos Alienados, a transferência de propriedade dos Equipamentos Alienados para a Emissora, na forma do Contrato EPC. Nesta hipótese, a Emissora obriga-se a constituir a Garantia de Alienação Fiduciária em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da transferência da propriedade dos Equipamentos Alienados para a Emissora.

1.3. Mediante notificação por escrito da Alienante Fiduciante e/ou da Emissora ao Agente Fiduciário ("Notificação de Liberação"), a qual deverá estar acompanhada de comunicação enviada à Emissora pelos Financiadores de Longo Prazo, por meio da qual a liberação da Garantia para a concessão dos Financiamentos de Longo Prazo seja requisitada ("Comunicação dos Financiadores de Longo Prazo"), o Agente Fiduciário liberará ou transferirá a Garantia aos Financiadores de Longo Prazo, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Notificação de Liberação, para que a Garantia viabilize o desembolso de Financiamentos de Longo Prazo, conforme determinado na Escritura.

1.4. A Alienante Fiduciante obriga-se, às suas expensas, a manter todos os Equipamentos Alienados devidamente seguros, pelo seu valor real, durante todo o prazo de vigência da Escritura.

Cláusula Segunda – Averbação e Registro

2.1. A Alienante Fiduciante, às expensas da Emissora, deverá obter todos os registros e autorizações que vierem a ser exigidos pela lei aplicável para o fim de formalizar o ônus instituído pelo presente Contrato ou para permitir que os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, possam exercer integralmente todos os direitos que lhe são aqui assegurados, incluindo, entre outros a apresentação deste Contrato e de qualquer respectivo aditamento subsequente para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades de Fortaleza, Estado do Ceará e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da Data de Emissão, devendo a Alienante Fiduciante apresentar comprovação de tal registro ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis do seu efetivo registro.

2.2. A Alienante Fiduciante ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis, devidamente comprovadas e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos deste Contrato, incluindo-se também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas, desde que, sempre que possível, seja previamente comprovadas e autorizadas pela Alienante Fiduciante.

Cláusula Terceira - Compromissos, Declarações e Garantias da Alienante Fiduciante

3.1. A Alienante Fiduciante, obriga-se e compromete-se a:

- (a) defender os direitos dos Debenturistas com relação à garantia constituída por meio deste Contrato, às suas próprias custas e expensas, contra quaisquer reivindicações e demandas de terceiros;
- (b) exceto conforme as disposições da Escritura ou exceto mediante o consentimento prévio e por escrito dos Debenturistas ou exceto no que se refere a transferência de propriedade dos Equipamentos Alienados para a Emissora, conforme previsto no Contrato EPC, não (i) vender, ceder, transferir, conferir, permutar, empenhar ou, a qualquer título, gravar ou alienar, ou outorgar qualquer opção, garantia, direito, celebrar contrato ou compromisso relativo a quaisquer Equipamentos Alienados ou (ii) criar ou permitir que exista qualquer ônus, direito real de garantia, contrato de compra, restrições ou qualquer ônus ou gravame sobre os Equipamentos Alienados, ou a eles relacionado, salvo a garantia resultante deste Contrato;
- (c) a qualquer tempo e às suas próprias expensas, prontamente (i) firmar e entregar, ou providenciar a celebração e a entrega de todos os mandatos, cessões, instrumentos e documentos necessários para formalizar, aperfeiçoar, conservar e proteger quaisquer garantias instituídas por este Contrato (inclusive, sem qualquer limitação, quaisquer aditamentos ao presente Contrato); e (ii) tomar todas as demais medidas que venham a ser necessárias ou exigidas, ou que os Debenturistas, de forma razoável, possam vir a solicitar para o fim de formalizar, aperfeiçoar, conservar e proteger quaisquer garantias instituídas por este Contrato ou para permitir o exercício e exequibilidade pelos Debenturistas de quaisquer direitos e medidas assegurados aos Debenturistas por este Contrato ou pela lei aplicável;

- (d) fornecer imediatamente aos Debenturistas, diretamente ou através do Agente Fiduciário, quaisquer informações ou documentos relativos aos Equipamentos Alienados, informações e documentos esses que os Debenturistas, diretamente ou através do Agente Fiduciário possam, de forma razoável e mediante aviso entregue com 10 (dez) dias úteis de antecedência, vir a solicitar; e
- (e) sem prejuízo da obrigação prevista no item (d) desta cláusula 3.1, a Alienante Fiduciante obriga-se a gravar o seguinte texto na nota fiscal de cada Equipamento Alienado "este produto está alienado fiduciariamente à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, de forma a garantir as obrigações assumidas pela Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda. no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Cumulada com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Eólica Faísas V - Geração e Comercialização de Energia S.A., datado de 26 de Setembro de 2012", sendo certo que a Alienante Fiduciante deverá fornecer aos Debenturistas, diretamente ou através do Agente Fiduciário, a nota fiscal de cada Equipamento Alienado, contendo o texto acima descrito, no prazo de 2 (dois) dias após a finalização do processo de desembaraço aduaneiro dos Equipamentos Alienados.

3.1.1. A Alienante Fiduciante e a Emissora encontram-se ciente e de acordo que o envio das notas fiscais ao Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo, exceto em relação às obrigações do Agente Fiduciário de: (i) verificar a anotação da Garantia de Alienação Fiduciária na nota fiscal nos termos da cláusula 3.1 "e" acima e (ii) acompanhar o prazo para constituição da Garantia de Alienação Fiduciária.

3.2. O não cumprimento pela Alienante Fiduciante de quaisquer obrigações previstas (i) nas Cláusulas 3.1. e 3.3., e (ii) na Escritura, constituirá um evento de inadimplemento nos termos da Escritura ("Evento de Inadimplemento").

3.3. A Alienante Fiduciante declara e garante aos Debenturistas que:

- (a) é legítima titular e possuidora de todos os Equipamentos Alienados e possui plenos poderes para entregar e alienar fiduciariamente os Equipamentos Alienados aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos previstos no presente Contrato;
- (b) não existe qualquer reivindicação, demanda, ação judicial, inquérito ou processo pendente de conhecimento da Alienante Fiduciante perante qualquer árbitro, juízo ou qualquer outra autoridade com relação aos Equipamentos Alienados que, por si ou em conjunto com qualquer outro dos demais referidos procedimentos ou reivindicações, tenha ou, conforme razoavelmente esperado, possa afetar de forma substancial adversa a garantia constituída pelo presente Contrato. Adicionalmente, a Alienante Fiduciante garante e declara que se encontra em dia com todas as suas obrigações legais relativas aos Equipamentos Alienados;
- (c) a celebração e o cumprimento deste Contrato pela Alienante Fiduciante foram devidamente autorizados. Após o cumprimento das demais formalidades descritas na Cláusula 3.1 acima, a alienação fiduciária sobre os Equipamentos Alienados de acordo com este Contrato constituir-se-á em um direito real de garantia válido, perfeito, absoluto e sem concorrência sobre os Equipamentos Alienados, para o fim de garantir o pagamento das Obrigações Garantidas;

- (d) a Alienante Fiduciante detem os poderes para alienar fiduciariamente os Equipamentos Alienados e sobre eles instituir direito real de garantia, nos termos previstos neste Contrato, bem como para cumprir as obrigações a ela atribuídas, nos termos do presente. A Alienante Fiduciante, bem como seus representantes legais que assinam o presente Contrato, possuem capacidade legal e todos os poderes e autorizações societárias necessários para celebrar o presente Contrato;
- (e) está apta a permanecer como fiel depositária, nos termos do artigo 652 do Código Civil Brasileiro, durante todo o prazo de vigência deste Contrato; e
- (f) a celebração e o cumprimento pela Alienante Fiduciante deste Contrato não constitui violação ou infração, conforme o caso, aos atos constitutivos da Alienante Fiduciante, qualquer dispositivo legal ou regulatório, julgamento ou sentença de qualquer autoridade, ou a qualquer contrato do qual a Alienante Fiduciante seja parte, ou que possa vincular a si ou quaisquer de seus bens, e não deverá resultar na instituição ou imposição de qualquer gravame ou direito real de garantia sobre quaisquer de seus bens, exceto o gravame instituído, nos termos do presente Contrato.

Cláusula Quarta – Evento de Inadimplemento e Excussão da Alienação Fiduciária

4.1. Na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, terão, unicamente, o direito de, nos termos da lei aplicável, quer diretamente ou por intermédio de um agente autorizado, excutir a alienação fiduciária ora instituída, inclusive por meio da venda judicial ou extrajudicial, no todo ou em parte, dos Equipamentos Alienados por venda pública ou privada, cessão, transferência ou por qualquer outro meio a terceiros, incluindo a uma pessoa relacionada aos Debenturistas, sendo certo que tal venda deverá ser realizada de boa-fé e não poderá ser efetuada a preço vil, ainda que seja feita independentemente de qualquer avaliação, leilão, ou praça, ou quaisquer outras medidas judiciais ou extrajudiciais, e aplicar os respectivos recursos para satisfação das Obrigações Garantidas (devolvendo o saldo remanescente, se houver, à Alienante Fiduciante), ficando o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, devidamente autorizado e investido de plenos poderes pela Alienante Fiduciante, para tomar todas e quaisquer medidas necessárias para a consecução do acima previsto.

4.1.1. O direito estabelecido no item 4.1. acima, no âmbito do presente Contrato, é o único remédio dos Debenturistas em caso Evento de Inadimplemento.

4.2. Neste ato, a Alienante Fiduciante nomeia, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Artigo 684 do Código Civil Brasileiro, o Agente Fiduciário como seu procurador, inclusive com poderes de substabelecimento, para tomar em nome da Alienante Fiduciante qualquer medida com relação às matérias tratadas nesta Cláusula Quarta, inclusive poderes para (i) firmar qualquer documento e praticar qualquer ato em nome da Alienante Fiduciante relativo à alienação fiduciária dos Equipamentos Alienados ora instituída, dando plena quitação com relação a qualquer pagamento recebido, tudo independentemente da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplento, na medida em que o respectivo documento a ser firmado ou ato a ser praticado seja necessário para constituir, aditar, conservar, manter, formalizar, aperfeiçoar e validar a referida alienação fiduciária prevista neste Contrato; (ii) na ocorrência e durante a continuidade de um Evento de Inadimplemento na forma estabelecida nesta Cláusula Quarta, vender, ceder, transferir ou concordar com a venda, judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência, no todo ou em parte, dos Equipamentos Alienados mediante venda ou negociação privada incluindo, sem qualquer limitação, poderes para dar e receber quitação e firmar os recibos correspondentes; (iii) na ocorrência e durante a continuidade de um Evento de Inadimplemento, alocar os respectivos recursos apurados com a referida venda, cessão ou transferência dos Equipamentos Alienados para a amortização das

Obrigações Garantidas, deduzir todas as despesas incorridas com a venda, cessão ou transferência e devolver o saldo remanescente, se houver, à Alienante Fiduciante; e (iv) na ocorrência e durante a continuidade de um Evento de Inadimplemento, exercer quaisquer direitos da Alienante Fiduciante com relação aos Equipamentos Alienados. Além de firmar qualquer outro documento e satisfazer a qualquer outra formalidade que venham a ser necessários para os fins previstos nesta Cláusula 4.2., a Alienante Fiduciante outorga ao Agente Fiduciário, simultaneamente à assinatura do presente, uma procuração irrevogável e irretratável, nos termos do Artigo 684 do Código Civil Brasileiro, na forma do Anexo III deste Contrato.

4.3. A Alienante Fiduciante, por este ato, irrevogável e irretratavelmente, obriga-se a renovar pelo prazo máximo permitido, de acordo com os documentos societários da Alienante Fiduciante, a procuração outorgada ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 4.2 acima durante a vigência deste Contrato.

4.4. Com exceção da transferência de propriedade dos Equipamentos à Emissora, conforme previsto nos Contrato EPC, a Alienante Fiduciante neste ato renuncia, em favor dos Debenturistas, a qualquer privilégio legal ou contratual que possa afetar a livre e integral exeqüibilidade ou exercício de quaisquer direitos dos Debenturistas, estendendo-se referida renúncia, inclusive e sem qualquer limitação, a quaisquer direitos relativos à posse indireta dos Equipamentos Alienados por parte dos Debenturistas previstos em quaisquer documentos.

4.5. Os Debenturistas poderão exercer com relação aos Equipamentos Alienados todos e quaisquer direitos e ações conferidos pelo presente Contrato e pela lei aplicável, em especial, mas não se limitando a, os direitos previstos no Artigo 1.364 do Código Civil Brasileiro.

4.6. Sem prejuízo do acima exposto, os Debenturistas não terão qualquer obrigação de tomar qualquer medida necessária para preservação de quaisquer direitos relativos a qualquer dos Equipamentos Alienados contra quaisquer terceiros ou qualquer outra medida, de qualquer natureza, com relação aos Equipamentos Alienados.

4.7. Não obstante quaisquer das demais disposições aqui contidas, este Contrato tem por objeto constituir garantia em favor dos Debenturistas, conforme representados pelo Agente Fiduciário, para assegurar o pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas. Uma vez quitadas e cumpridas tais Obrigações Garantidas, cessarão os remédios e prerrogativas outorgados aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, devendo o Agente Fiduciário, em caso de execução da Garantia, devolver à Alienante Fiduciante, conforme o caso, os resultados ou valores excedentes, se houver, àqueles necessários ao integral adimplemento das Obrigações Garantidas, bem como entregar declaração, especificando o uso dos valores arrecadados com a execução das garantias previstas neste Contrato e a forma de sua alocação para a satisfação das Obrigações Garantidas, incluindo despesas correlatas, indicando assim, quando for o caso, a quitação de tais Obrigações Garantidas, bem como a existência de eventuais valores excedentes a serem devolvidos à Alienante Fiduciante, conforme o caso, o saldo em aberto das Obrigações Garantidas, que ainda permanecerem pendentes de satisfação.

Cláusula Quinta - Comunicações

5.1. Qualquer notificação, solicitação, exigência ou comunicação a ser enviada ou entregue de acordo com o presente Contrato deverá ser feita sempre por escrito. Qualquer notificação, solicitação, exigência ou comunicação poderá ser entregue pessoalmente ou enviada por correio, com aviso de recebimento, agências de serviços de entrega internacionalmente reconhecidas ou por fax, aos endereços das partes especificados abaixo ou a qualquer outro endereço que a parte destinatária tenha indicado através de notificação à parte que esteja enviando ou entregando tal

notificação, solicitação ou outra comunicação (com cópia para as demais partes), e produzirá efeitos quando do seu recebimento pelo respectivo destinatário. Qualquer notificação, solicitação ou outra comunicação que seja enviada por fax, deverá ser confirmada mediante o seu envio igualmente por correio, sem prejuízo da produção de seus efeitos a partir do recebimento do respectivo fax.

Se ao Alienante Fiduciante:

Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda.
Avenida Senador Virgílio Tavora, 195
Fortaleza-CE, Brasil
Atenção: Mauro Miyamoto
Telefone/Fax: (85) 3265-1308 / (11) 4314-7430

Se ao Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514
Rio de Janeiro-RJ, Brasil
Atenção: Marco Aurélio Ferreira (Bakoffice) / Nathalia Machado (Jurídico)
Telefone/Fax: 21 3385-4565

Se à Emissora:

Eólica Faísas V – Geração e Comercialização de Energia S.A.
Avenida Carlos Gomes, n.º 222, conjunto 1102
Porto Alegre - RS
Atenção: Luis Galdino
Telefone: 51 30180877
Com cópia para:
Rua Dom Pedro II, 723
Porto Alegre - RS
Atenção: Rogério Wallau
Telefone: 51 33295555

Cláusula Sexta - Lei Aplicável e Eleição de Foro

6.1. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e constitui título executivo extrajudicial, de acordo com os termos do Artigo 585, incisos II e III, do Código de Processo Civil Brasileiro. A Alienante Fiduciante neste ato reconhece e concorda que toda e qualquer obrigação assumida ou que lhe possa ser imputada, nos termos do presente Contrato ou a ele relacionada, estará sujeita à execução específica de acordo com os Artigos 461, 466-A, 466-B, 621, 632, 642 e 643 do Código de Processo Civil Brasileiro.

6.2. Para solução de todas as controvérsias decorrentes deste Contrato, fica eleito o foro da Seção Judiciária de Fortaleza - CE.

Cláusula Sétima - Disposições Gerais

7.1. Nenhum termo ou condição contido no presente Contrato poderá ser objeto de renúncia, aditamento ou modificação, salvo se referida renúncia, aditamento ou modificação forem formalizados por escrito e assinados por representantes autorizados ou procuradores, com poderes suficientes, da Alienante Fiduciante e dos Debenturistas. A omissão ou atraso no exercício de qualquer direito, poder ou privilégio aqui previsto, não poderá ser interpretado como renúncia ou novação de qualquer direito, poder ou privilégio ou de qualquer outro direito, poder ou privilégio decorrente do presente Contrato ou de qualquer outro instrumento. O exercício parcial de qualquer direito não impedirá o exercício futuro de tal direito ou de qualquer outro direito. A renúncia expressa por escrito a um determinado direito não deverá ser considerada como renúncia a qualquer outro direito.

7.2. Se qualquer Cláusula do presente Contrato for considerada inválida ou não exequível, a referida Cláusula deverá ser eliminada do Contrato, sem, contudo, afetar a validade ou a exequibilidade das demais Cláusulas. Em substituição a qualquer Cláusula assim eliminada, as partes deverão negociar uma disposição similar, que reflita a intenção original das partes, na medida do permitido pela respectiva decisão proferida pela autoridade que considerou a Cláusula inválida ou não exequível.

7.3. O presente Contrato não constitui novação nem tampouco modifica quaisquer obrigações da Alienante Fiduciante para com os Debenturistas, nos termos de quaisquer contratos entre eles celebrados.

7.4. O presente Contrato instituirá, um vínculo real de garantia permanente sobre os Equipamentos Alienados e deverá (i) permanecer em pleno vigor e efeito até a liquidação integral de todas as Obrigações Garantidas ou o cancelamento de todos os respectivos compromissos assumidos pela Alienante Fiduciante, tal como expressamente confirmado, por escrito, por parte dos Debenturistas; (ii) vincular a Alienante Fiduciante, seus sucessores e cessionários autorizados; e (iii) beneficiar os Debenturistas e seus sucessores e cessionários. Sem limitar a generalidade do disposto no item (iii), os Debenturistas poderão ceder ou de outra forma transferir, no todo ou em parte, seus direitos e obrigações nos termos do presente Contrato, mediante prévia notificação à Alienante Fiduciante, a qualquer terceiro, o qual será então investido de todos os benefícios correspondentes assegurados aos Debenturistas nos termos deste Contrato ou da lei aplicável. A Alienante Fiduciante não poderá transferir quaisquer de seus direitos ou obrigações aqui previstos sem o prévio consentimento por escrito dos Debenturistas, com exceção da transferência de propriedade para a Emissora, na forma do Contrato EPC, que independem de qualquer autorização.

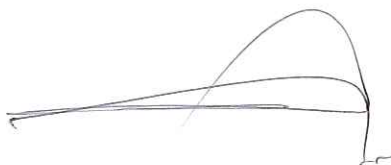
7.4.1. Este Contrato permanecerá válido e exequível independentemente de qualquer transferência ou cessão, sem prejuízo da necessidade da realização do desembaraço aduaneiro dos Equipamentos para que a Alienante Fiduciante passe a ser a legítima proprietária destes. A Alienante Fiduciante deverá, às suas custas, firmar quaisquer documentos e/ou instrumentos conforme possam ser requeridos para efetuar a transferência ou cessão pelos Debenturistas, dos seus respectivos direitos e/ou obrigações, inclusive para o fim de constituir, manter, preservar, proteger e registrar o direito de garantia ora constituído. Todos os cessionários dos Debenturistas terão os mesmos direitos outorgados aos Debenturistas sob este Contrato.

7.5. Para todos os fins do presente Contrato, o desembaraço aduaneiro consiste na concessão de despacho aduaneiro liberando os Equipamentos Alienados a ser obtido mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme aplicável: (i) Declaração de Importação registrada no sistema da Secretaria da Receita Federal; (ii) via original do conhecimento de carga ou documentação equivalente; (iii) via original da fatura comercial assinada pelo exportador e (iv) romaneio de carga (packing list) e outros documentos e/ou inspeção física eventualmente solicitados pela Receita

Federal. O desembaraço aduaneiro deverá ser comprovado para o Agente Fiduciário que deverá acusar o recebimento da notificação da Emissora ou da Suzlon informando sobre o desembaraço aduaneiro, acompanhada de cópia dos documentos descritos nos itens "(i)" a "(iv)" acima.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, em 4 (quatro) vias idênticas, na presença das testemunhas abaixo.

[local], [data].



(Página de assinaturas do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos celebrado entre a Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda., a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Eólica Faísa V, Geração e Comercialização de Energia S.A.)

SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:
Cargo:


**Nilismara Oliveira
Kojo Ferreira
Procuradora**

EÓLICA FAÍSA V – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS

ANEXO I

OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Cumulada com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Eólica Faísas V – geração e Comercialização de Energia S.A. ("Escritura"), com as seguintes características:

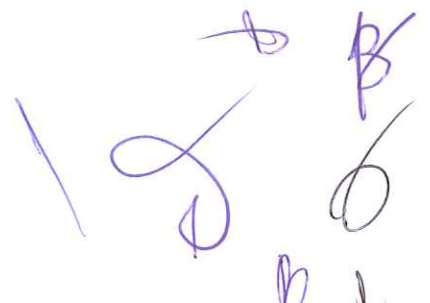
- 1) **Valor Total da Escritura:** R\$19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais).
- 2) **Prazo do Pagamento:** O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, ressalvadas as condições de vencimento antecipado, conforme cláusula VIII da Escritura.
- 3) **Taxa de Juros:** As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes a 150% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, na modalidade "Extra-Grupo", de prazo igual a 1 (um) dia útil, apurada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário, não amortizado, pro rata temporis, a partir da Data de Emissão devendo ser paga na Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, conforme o caso). O pagamento do valor principal das Debêntures não terá prazo de carência e deverá ser realizado na Data de Vencimento.
- 4) **Multa e Juros de Mora:** Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido.

Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa neste Anexo I e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, os termos em maiúsculo aqui empregados terão os significados a eles atribuídos na Escritura.

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS

ANEXO II

LISTA DOS EQUIPAMENTOS



CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO IRREVOGÁVEL A SER EMITIDA PELA ALIENANTE FIDUCIANTE

Pelo presente instrumento de mandato,

SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA., sociedade limitada, com sede na Avenida Senador Virgílio Tavora, 195, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF nº 08.146.882/0001-00, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Outorgante"), neste ato nomeia e constitui como seu bastante procurador,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, ("Agente Fiduciário") representando a comunhão dos debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures da emissora Eólica Faísas V – Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Emissora") ("Outorgado");

conferindo-lhe amplos e específicos poderes para, nas hipóteses e nos estritos termos definidos no Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, datado de [●], celebrado entre a Outorgante, o Outorgado e a Emissora (o "Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"), ceder, transferir e por qualquer forma, e a qualquer título, dispor, judicial ou extrajudicialmente, mediante venda pública ou privada, no todo ou em parte, de todos os equipamentos que venham a ser, a qualquer tempo, de titularidade do Outorgante no futuro, e que serão alienados fiduciariamente aos debenturistas ("Equipamentos da Alienante Fiduciante"), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos.

E, com relação à acima referida disposição ou transferência dos Equipamentos da Alienante Fiduciante, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças:

1. firmar os respectivos contratos de venda e quaisquer outros documentos que possam ser necessários para o fim de formalizar a transferência dos Equipamentos da Alienante Fiduciante, no todo ou em parte, a quaisquer terceiros, transferindo posse e domínio, dando e recebendo quitações;
2. requerer todas e quaisquer aprovações que possam ser necessárias para a acima referida transferência dos Equipamentos da Alienante Fiduciante a terceiros;
3. representar o Outorgante na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, a Junta Comercial do Estado do Ceará ou de outros Estados, conforme aplicável, Cartórios de Registro de Imóveis, bancos, incluindo o Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil, e em todas as suas respectivas divisões e departamentos;
4. a seu critério, substabelecer os poderes ora outorgados, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais, conforme os debenturistas julgarem apropriado, bem como revogar o substabelecimento;

5. praticar, enfim, todos os atos, bem como firmar quaisquer documentos, necessários, úteis ou convenientes ao cabal desempenho do presente mandato; e
6. Esta procuração será válida pelo prazo de vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos.

O Outorgado é ora nomeado procurador do Outorgante em caráter irrevogável e irretratável, de acordo com os termos do Artigo 684 do Código Civil Brasileiro.

O presente instrumento deverá ser regido e interpretado de acordo com e regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

A presente procuração é outorgada aos [•], na Cidade de [•], Estado de [•], Brasil.

SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA.

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO

Loca, data.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala nº 514

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Srtª. Nathalia Machado

Data de Verificação de Referência: [●] ("Data de Verificação")

Fazemos referência ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, conforme alterado ou complementado por meio de termos aditivos ("Contrato"), celebrado em [●] de [●] de 2012 entre a Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda., ("Alienante Fiduciante") e sociedades de propósito específico por ela controladas ("Alienante Fiduciante"), Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") e Eólica Faísas V - Geração e comercialização de energia S.A. ("Eólica Faísas V" ou "Emissora").

Os termos grafados em letra maiúscula, a menos que definidos de outra maneira, deverão ter o mesmo significado estabelecido no Contrato.

Os representantes legais da Alienante Fiduciante e da Emissora declaram, neste ato, que:

- i) estão devidamente autorizados a assinar a referida declaração (a "Declaração");
- ii) os equipamentos mencionados no Anexo II foram devidamente liberados nos termos da legislação aplicável, e não possuem mais nenhuma pendência aduaneira; e
- iii) que a presente Declaração segue acompanhada de cópia dos documentos abaixo mencionados, necessários para comprovação da efetiva liberação aduaneira, nos termos da legislação aplicável. E ainda que os referidos documentos são válidos, existentes, eficazes e suficientes para a respectiva liberação.

- (a) Declaração de Importação registrada no sistema da Secretaria da Receita Federal;
- (b) conhecimento de carga ou documentação equivalente;
- (c) fatura comercial assinada pelo exportador;
- (d) romaneio de carga (packing list); e
- (e) [outros documentos e/ou inspeção física eventualmente solicitados pela Receita Federal]

SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA.

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

EÓLICA FAÍSA V – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

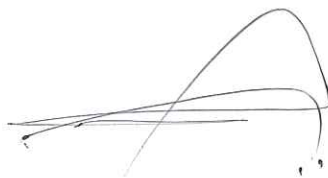
1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

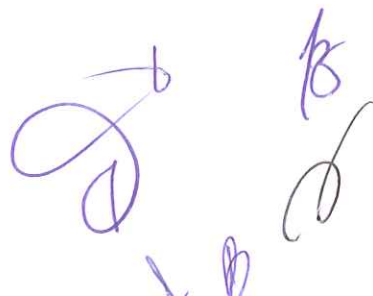
16

186

ANEXO V – CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS



59



ANEXO VI - MODELO DECLARAÇÃO/RELATÓRIO

<u>ITEM</u>	<u>ITEM</u>	<u>RELATÓRIO MENSAL AGENTE FIDUCIÁRIO</u>
<u>1</u>	AF AÇÕES ORDINÁRIAS EMITENTE	Informar quantidade de ações ordinárias alienadas e valor. Controlar o prazo de 5 (cinco) dias de emissão para registro nos livros de registro de ações nominativas (cl. 3.8.2).
<u>2</u>	AF AÇÕES ORDINÁRIAS HOLDING	Informar quantidade de ações ordinárias alienadas e valor. Controlar o prazo de 5 (cinco) dias de emissão para registro nos livros de registro de ações nominativas (cl. 3.8.2).
<u>3</u>	CESSÃO FIDUCIÁRIA DIREITOS CREDITÓRIOS	Informar valores recebidos no mês. Informar saldo das vinculadas no última dia útil do mês.
<u>4</u>	AF WTGs	Informar equipamentos alienados no mês. Informar total de equipamentos alienados e valor. Informar equipamentos com alienação em andamento (prazo de até 10 dias após o recebimento pelo Agente Fiduciário de cada notificação de desembaraço aduaneiro para constituição da garantia, sob pena de vencimento antecipado da Debênture).
<u>5</u>	SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE AÇÕES DE EMISSÃO DAS EMPRESAS DETENTORAS DOS PARQUES EÓLICOS, PELA HOLDING OU CONTROLADORES, NO VALOR MÍNIMO DE R\$ 115 MM, EM ATÉ 150 DIAS CONTADOS DA EMISSÃO.	Acompanhar. (consiste em condição de vencimento antecipado, cláusula 8.1 "t" e obrigação dos Intervenientes Garantidores, cláusula 12.2, "n".)

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE RECEBÍVEIS

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

entre

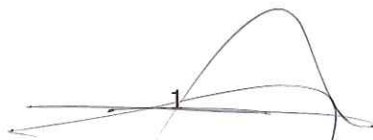
EÓLICA FAÍSA V – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.
na qualidade de Cedente

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de Cessionário

Datado

[•]



CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Este Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos ("Contrato") é celebrado entre:

I - **EÓLICA FAÍSA V - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta, com sede na ROD CE 163, s/n, KM 42, sala 05, Cidade de Trairí, Estado do Ceará, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 11.652.254/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Cedente"); e

II - **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, representando os interesses dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Cessionário").

CONSIDERANDO QUE:

- a) A Cedente realizou, em 26 de Setembro de 2012, a 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, cumulada com garantia fidejussória, em série única, estruturadas de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") ("Emissão"), no valor total de R\$19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais), ("Debêntures"), conforme o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Cumulada com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Eólica Faísa V - Geração e Comercialização de Energia S.A., celebrado entre a Cedente, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") e outros ("Escritura");
- b) Os recursos obtidos pela Cedente com a subscrição das Debêntures serão utilizados pela Cedente para pagamento: (i) do Contrato de Engenharia, Aquisição e Montagem de Equipamentos e Construção de Parque Eólico em Regime de Empreitada Integral por Preço Global assinado em 22 de Agosto de 2012 entre a Cedente e Suzlon Energy S/A ("Contrato EPC"); e (ii) da Cédula de Crédito Bancário nº 0054/12, no valor de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), e seus respectivos aditamentos, emitida pela Cedente em favor do Banco Pine S.A. em 14 de março de 2012 e cujo vencimento está previsto para o dia 22 de outubro de 2012 e que têm renovação automática até que haja a emissão das Debêntures;
- c) A Cedente participou do 2º Leilão para Contratação de energia de reserva proveniente de Centrais Geradoras Eólicas ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), realizado em 14 de dezembro de 2009, conforme o Edital de Leilão n. 003/2009-ANEEL ("Edital");
- d) Em decorrência do Leilão, a Cedente celebrou com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, associação privada, com sede na Alameda Santos, 745, 11º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.034.433/0001-56 neste ato representada por seus representantes legais ("CCEE"), em 12 de janeiro de 2011, um Contrato

de Energia de Reserva – CER ("Contrato de Energia"), cuja cópia constitui o Anexo II do presente Contrato, por meio do qual a Cedente se comprometeu a produzir uma determinada quantia de energia eólica proveniente de uma central geradora eólica denominada Eólica Faísas V, até a data de 30 de junho de 2032, mediante contraprestação, pela CCEE, no valor de R\$ 152,68/MWh (cento e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos por megawatt-hora), atualizada monetariamente, nos termos do Contrato de Energia; e

- e) A fim de garantir as obrigações da Cedente decorrentes da Emissão das Debêntures, a Cedente concorda em alienar fiduciariamente ao Cessionário, em benefício dos Debenturistas, todos os direitos creditórios oriundos do Contrato de Energia, os quais estão listados no Anexo III, de acordo com os termos e condições deste Contrato.

Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa neste Contrato, os termos em maiúsculo aqui empregados terão os significados a eles atribuídos na Escritura.

ISTO POSTO, as partes acima nomeadas têm entre si justo e contratado o quanto segue, a que se obrigam em caráter irrevogável e irretratável, por si e seus sucessores e cessionários.

Cláusula Primeira – Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Registro.

1.1. Para garantir o cumprimento integral e pontual pela Cedente de quaisquer de suas obrigações de pagamento nos termos da Escritura, incluindo o principal, juros, taxas, comissões, perdas, danos, multas e despesas, conforme disposto no Anexo I deste Contrato ("Obrigações Garantidas"), a Cedente, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, cede fiduciariamente, em favor do Cessionário, nos termos do art. 66-B da Lei nº 4.728, datada de 14 de julho de 1965, conforme alterada, todos os créditos, presentes e futuros e demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, oriundos do Contrato de Energia ("Direitos Creditórios") e ("Garantia").

1.2. O resgate integral das Debêntures pela Cedente implicará, desde que todo e qualquer pagamento referente às Obrigações Garantidas seja integralmente realizado, na liberação automática dos ônus constituídos nos termos deste Contrato, bem como na extinção da Garantia.

1.3. Mediante notificação por escrito da Cedente ao Cessionário ("Notificação de Liberação"), a qual deverá estar acompanhada de comunicação enviada à Cedente pelos Financiadores de Longo Prazo, por meio da qual a liberação da Garantia para a concessão dos Financiamentos de Longo Prazo seja requisitada ("Comunicação dos Financiadores de Longo Prazo"), o Cessionário liberará ou transferirá a Garantia aos Financiadores de Longo Prazo em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Notificação de Liberação, para que a Garantia viabilize o desembolso de Financiamentos de Longo Prazo, conforme determinado nas Escrituras.

1.4. A Cedente deverá obter todos os registros e autorizações que vierem a ser exigidos pela lei aplicável para o fim de formalizar o ônus instituído pelo presente Contrato ou para permitir que os Debenturistas, representados pelo Cessionário, possam exercer integralmente todos os direitos que lhe são aqui assegurados, incluindo a apresentação deste Contrato e de qualquer respectivo aditamento subsequente para registro no Registro de Títulos e Documentos das cidades de

Fortaleza, Estado do Ceará, São Paulo, Estado de São Paulo, e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da Data de Emissão, devendo a Cedente apresentar comprovação de tal registro ao Cessionário em até 5 (cinco) dias úteis do seu efetivo registro.

1.5. A Cedente obriga-se a notificar a devedora dos Direitos Creditórios e o Banco Bradesco S.A. sobre a constituição da Garantia nos termos dos Anexos IV e V ao presente Contrato, no prazo de 3 (três) dias úteis mediante envio de tal notificação com aviso de recebimento pela devedora e pelo Banco Bradesco S.A.

1.5. Fica expressamente acordado entre as partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos (incluídos quaisquer impostos, taxas ou contribuições) relacionados à celebração, registro e execução deste Contrato, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Cedente.

Cláusula Segunda – Depósito

2.1. A Cedente se obriga a receber a totalidade dos pagamentos, valores ou quaisquer recursos decorrentes dos Direitos Creditórios ("Pagamentos do Contrato de Energia") exclusivamente na conta corrente Bradesco n.º 24595-0, Agência 2572, de titularidade exclusiva da Cedente ("Conta Bradesco") e a transferir na mesma data da disponibilização dos Pagamentos do Contrato de Energia na Conta Bradesco, a totalidade dos Pagamentos do Contrato de Energia para a conta vinculada n.º 801875-0, agência 0001-9 mantida pela Cedente no Banco Pine S.A. ("Conta Vinculada").

2.1.1. A Cedente se compromete a não alterar a Conta Bradesco indicada à CCEE para depósito dos Pagamentos do Contrato de Energia nos termos da cláusula 8.1.1. do Contrato de Energia, salvo mediante prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário das Debêntures.

2.2. A Cedente, por este Contrato, autoriza o Cessionário a receber diretamente os valores decorrentes dos Direitos Creditórios, uma vez ocorrido algum Evento de Inadimplemento das Obrigações Garantidas nos termos previstos na Escritura e neste Contrato ("Evento de Inadimplemento").

2.2.1 Tendo em vista o disposto na cláusula 2.2 acima, na hipótese da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, o Agente Fiduciário deverá notificar o Banco Pine S.A. no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da ciência do Agente Fiduciário sobre um Evento de Inadimplemento, para que o Banco Pine S.A. realize o bloqueio da Conta Vinculada.

2.2.2. O desbloqueio na Conta Vinculada será solicitado pelo Agente Fiduciário ao Banco Pine S.A. no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da ciência do Agente Fiduciário do saneamento de um Evento de Inadimplemento pela Cedente ou ainda, mediante solicitação expressa dos Debenturistas ao Agente Fiduciário neste sentido.

Cláusula Terceira – Declarações da Cedente.

3.1. Sem prejuízo das declarações prestadas pela Cedente na Escritura, a Cedente neste ato declara e garante que:

- (a) a cessão fiduciária constituída nos termos deste Contrato constituirá, após a realização do registro mencionado na Cláusula 1.4., garantia real válida e eficaz das Obrigações Garantidas sobre os Direitos Creditórios;

- (b) a lista de Direitos Creditórios prevista no Anexo III contempla todos os direitos de crédito que detêm que se enquadram na definição prevista na Cláusula 1ª;
- (c) os Direitos Creditórios constituem obrigações existentes, válidas e eficazes e não foram objeto de qualquer outra garantia, cessão ou negociação, exceto conforme previsto na Escritura, não havendo qualquer direito de terceiros contra a Cedente ou qualquer acordo entre a Cedente e terceiros que possa impactar a cessão fiduciária ora constituída, inclusive quanto à existência de compensação ou qualquer outra forma de extinção dos Direitos Creditórios ou de sua redução;
- (d) não pende sobre os Direitos Creditórios qualquer litígio, ação, processo, investigação ou procedimento, judicial ou extrajudicial;
- (e) foram obtidas todas as autorizações governamentais ou quaisquer outros consentimentos, aprovações ou notificações necessárias à constituição e manutenção da cessão fiduciária sobre os Direitos Creditórios, inclusive as aprovações societárias;
- (f) o presente Contrato atende integralmente as decisões, normas e regulamentos dos órgãos de setor de energia e meio ambiente, especialmente da ANEEL e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA");
- (g) as pessoas que a representam na assinatura deste Contrato estão devidamente autorizadas para tanto;
- (h) as obrigações assumidas pela Cedente neste Contrato são válidas, exigíveis e exequíveis de acordo com os seus termos; e
- (i) não existem quaisquer ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios.

Cláusula Quarta – Obrigações da Cedente.

4.1. Obrigações de Fazer. Sem prejuízo das obrigações assumidas na Escritura e outros contratos vinculados à Emissão, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, a Cedente se obriga a:

- (a) cumprir quaisquer requisitos e dispositivos legais que, no futuro, possam vir a ser exigidos para a existência, validade ou eficácia da cessão fiduciária ora constituída e, mediante solicitação do Cessionário, apresentar comprovação de que tais requisitos ou dispositivos legais foram cumpridos;
- (b) manter o Cessionário indene e a salvo de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias): (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos incidentes ou devidos relativamente a qualquer dos Direitos Creditórios; (ii) referentes ou resultantes de qualquer violação por si de qualquer das declarações assumidas neste Contrato; e (iii) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, de acordo com este Contrato; e

- (c) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção dos Direitos Creditórios; obriga-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos do Cessionário sobre os Direitos Creditórios, cedidos fiduciariamente por este Contrato, contra quaisquer ações, procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar os Direitos Creditórios ou este Contrato;
- (d) para efeito de acompanhamento pelo Agente Fiduciário dos direitos creditórios, a EMISSORA deverá enviar mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês em referência, uma relação com os números das notas fiscais referentes as vendas realizadas para a CCEE, incluindo o valor de cada nota, a quantidade vendida, o preço por MWh, bem como o saldo de energia a ser vendido de acordo com a quantidade original do Contrato de Energia. Ademais, na mesma relação a EMISSORA deverá informar o valor futuro "a performar" do Contrato de Energia de Reserva através da multiplicação do saldo de energia a ser vendida (obtida pela diferença entre a quantidade original prevista no contrato e a quantidade vendida) pelo preço de venda praticado no mês de referência.

4.2. Obrigações de Não Fazer. Sem o consentimento prévio, por escrito, do Cessionário, conforme orientação dos Debenturistas, a Cedente, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, não poderá:

- (a) constituir sobre os Direitos Creditórios qualquer outro ônus ou gravame além da cessão fiduciária prevista neste Contrato e das demais garantias outorgadas ao Cessionário no âmbito da Emissão; e
- (b) ceder, transferir, endossar ou de qualquer outra forma alienar ou negociar qualquer parte dos Direitos Creditórios.

4.3. O não cumprimento por parte da Cedente de quaisquer obrigações previstas (i) nestas Cláusulas 4.1. e 4.2. e (ii) na Escritura, constituirá um Evento de Inadimplemento .

Cláusula Quinta – Evento de Inadimplemento e Excussão da Alienação Fiduciária

5.1. Na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, os Debenturistas, representados pelo Cessionário, exercerão sobre os Direitos Creditórios todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, podendo dispor de, cobrar, receber, realizar, vender, de forma particular, ou ceder, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios, conforme preços e/ou em termos e condições que ele considerar apropriados, dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos por mais especiais que sejam necessários a prática dos atos aqui referidos, mediante notificação por escrito enviada ao Cedente pelos Debenturistas, representados pelo Cessionário observado o disposto no § 3º do art. 66-B da Lei nº 4.728/65.

5.2 Na hipótese prevista na cláusula 5.1 acima, os Debenturistas representados pelo Cessionário aplicarão os recursos recebidos no pagamento das Obrigações Garantidas.

5.2.1. Caso após a aplicação pelos Debenturistas representados pelo Cessionário dos recursos relativos aos Direitos Creditórios para pagamento das Obrigações Garantidas seja verificada a existência de saldo credor remanescente, referido

saldo deverá ser imediatamente disponibilizado pelos Debenturistas representados pelo Cessionário, à Cedente.

5.3. A Cedente neste ato renuncia em favor dos Debenturistas a qualquer privilégio legal ou contratual que possa afetar a livre e integral exequibilidade ou exercício de quaisquer direitos dos Debenturistas, estendo-se referida renúncia, inclusive e sem qualquer limitação, a quaisquer direitos relativos a posse indireta dos Direitos Creditórios por parte dos Debenturistas previstos em quaisquer documentos.

5.4. Sem prejuízo do acima exposto, os Debenturistas não terão qualquer obrigação de (i) determinar ou tomar qualquer medida com relação a opções, conversões, ofertas ou outros assuntos relativos aos Direitos Creditórios ou (ii) tomar qualquer medida necessária para preservação de quaisquer direitos relativos a qualquer dos Direitos Creditórios contra quaisquer terceiros ou qualquer outra medida, de qualquer natureza, com relação aos Direitos Creditórios.

5.5. Não obstante quaisquer das demais disposições aqui contidas, este Contrato tem por objeto constituir garantia em favor dos Debenturistas, representados pelo Cessionário, para assegurar o pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas. Uma vez quitadas e cumpridas tais Obrigações Garantidas, cessarão os remédios e prerrogativas outorgados aos Debenturistas e/ou ao Cessionário, devendo o Cessionário devolver à Cedente, conforme o caso, os resultados ou valores excedentes, se houver, àqueles necessários ao integral adimplemento das Obrigações Garantidas, bem como entregar declaração, especificando o uso dos valores arrecadados com a execução das garantias previstas neste Contrato e a forma de sua alocação para a satisfação das Obrigações Garantidas, incluindo despesas correlatas, indicando assim, quando for o caso, a quitação de tais Obrigações Garantidas, bem como a existência de eventuais valores excedentes a serem devolvidos à Cedente, conforme o caso, o saldo em aberto das Obrigações Garantidas, que ainda permanecerem pendentes de satisfação.

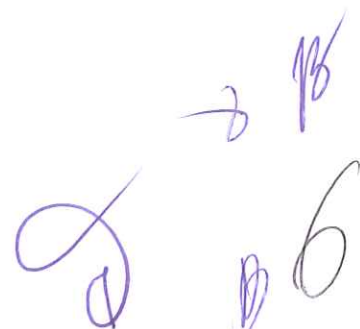
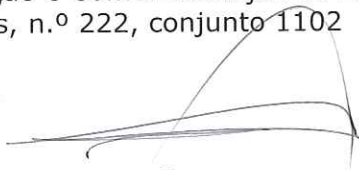
5.6. Os Debenturistas poderão exercer com relação aos Direitos Creditórios todos e quaisquer direitos e ações conferidos pelo presente Contrato e pela lei aplicável.

Cláusula Sexta - Comunicações.

6.1. Qualquer notificação, solicitação, exigência ou comunicação a ser enviada ou entregue de acordo com o presente Contrato, deverá ser feita sempre por escrito. Qualquer notificação, solicitação, exigência ou comunicação poderá ser entregue pessoalmente ou enviada por correio, com aviso de recebimento ou por fax; aos endereços das partes especificados abaixo ou a qualquer outro endereço, que a parte destinatária tenha indicado através de notificação à parte que esteja enviando ou entregando tal notificação, solicitação ou outra comunicação (com cópia para as demais partes), e produzirá efeitos quando do seu recebimento pelo respectivo destinatário. Qualquer notificação, solicitação ou outra comunicação que seja enviada por fax, deverá ser confirmada mediante o seu envio igualmente por correio, sem prejuízo de que produza seus efeitos a partir do recebimento do respectivo fax.

Se à Cedente:

Eólica Faísas V – Geração e Comercialização de Energia S.A.
Avenida Carlos Gomes, n.º 222, conjunto 1102
Porto Alegre - RS
Atenção: Luis Galdino



Telefone: 51 30180877
Com cópia para:
Rua Dom Pedro II, 723
Porto Alegre - RS
Atenção: Rogério Wallau
Telefone: 51 33295555

Se ao Cessionário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514
Rio de Janeiro/RJ
Atenção: Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Nathalia Machado (Jurídico)
Telefone/Fax: 21 3385-4565

Cláusula Sétima – Lei Aplicável e Eleição de Foro.

7.1. As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 461-A, 466-B, 621 e 632 do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes deste Contrato.

7.2. Para solução de todas as controvérsias decorrentes deste Contrato, fica eleito o foro da Seção Judiciária de Fortaleza - CE.

Cláusula Oitava - Disposições Gerais.


8.1. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das partes importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes deste Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.

8.2. A Cedente não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, qualquer de seus direitos e obrigações previstos neste Contrato sem o prévio consentimento do Cessionário, conforme orientação dos Debenturistas. O Cessionário não poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações previstos neste Contrato sem o prévio consentimento da Cedente e dos Debenturistas.

8.3. Se qualquer item ou cláusula deste Contrato vier a ser considerado ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes. As partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, item ou cláusula que, conforme o caso, venha substituir o item ou cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz. Nessa negociação deverá ser considerado o objetivo das partes na data de assinatura deste Contrato, bem como o contexto no qual o item ou cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz foi inserido.

8.4. Este Contrato obriga tanto as partes quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

8

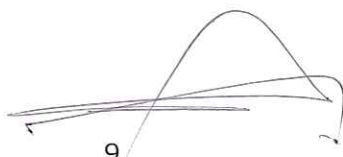


8.5. Este Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelas partes.

8.6. A garantia prevista no presente Contrato será adicional a, e sem prejuízo de, quaisquer outras garantias ou direito real de garantia outorgado pela Emissora ou por qualquer outra parte como garantia das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura e poderá ser executado de forma isolada, alternativa ou conjuntamente com qualquer outra garantia ou direito real de garantia. A excussão pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, da alienação avençada nos termos deste Contrato não deverá impedir os Debenturistas, de executar quaisquer outras garantias ou direitos reais de garantia outorgados para garantir as Obrigações Garantidas.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente Contrato em 04 (quatro) vias idênticas, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Local, data.



[Página de assinaturas do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado entre, Eólica Faísas V – Geração e Comercialização de Energia S.A e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários]

EÓLICA FAÍSA V – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Nome:

Cargo:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

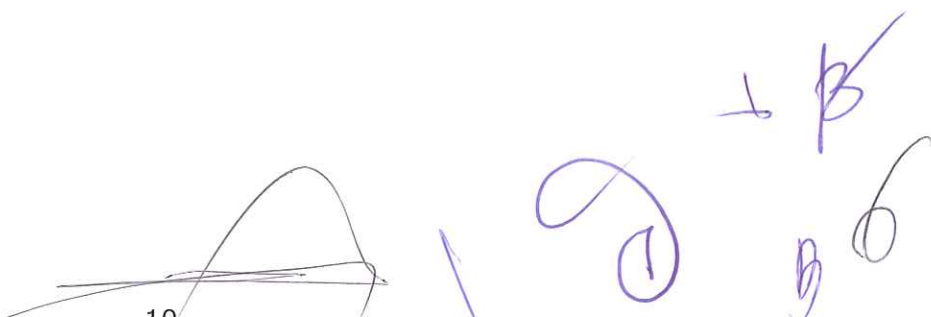
RG:

2. _____

Nome:

RG:

10



CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

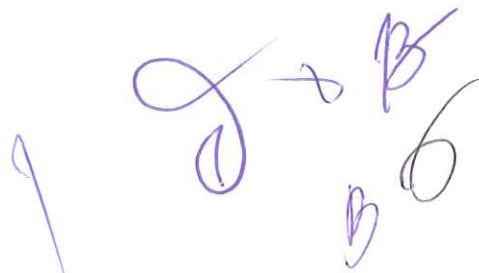
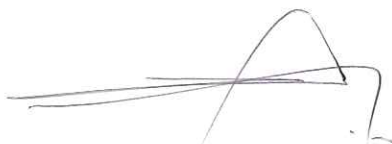
ANEXO I

OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Cumulada com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Eólica Faísas V – geração e Comercialização de Energia S.A. ("Escritura") com as seguintes características:

- 1) **Valor Principal:** R\$19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais).
- 2) **Prazo do Pagamento:** O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, ressalvadas as condições de vencimento antecipado, conforme cláusula VIII da Escritura.
- 3) **Taxa de Juros:** As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes a 150% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, na modalidade "Extra-Grupo", de prazo igual a 1 (um) dia útil, apurada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário, não amortizado, pro rata temporis, a partir da Data de Emissão devendo ser paga na Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, conforme o caso). O pagamento do valor principal das Debêntures não terá prazo de carência e deverá ser realizado na Data de Vencimento.
- 4) **Multa e Juros de Mora:** Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido.

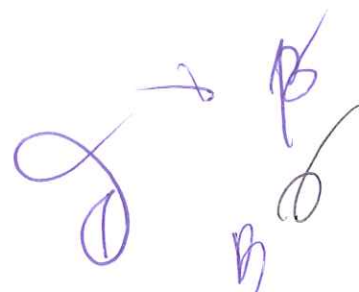
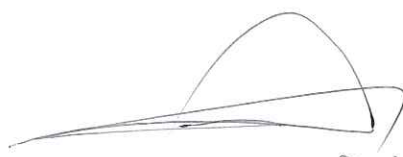
Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa neste Anexo I e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os termos em maiúsculo aqui empregados terão os significados a eles atribuídos na Escritura.



CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO II

CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA - CER



CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA – CER

CER Nº 85/09
PRODUTO 2012-EOL20

CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA – CER, NA
MODALIDADE QUANTIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA, QUE
ENTRE SI FAZEM A EOL FAISA V E A CÂMARA DE
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE.

De um lado, a EÓLICA FAÍSA V - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA - EOL FAISA V, empresa autorizada para geração de energia elétrica, com sede na Rua Major Facundo, nº 844, sala 34, Centro, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.652.254/0001-00, doravante denominada VENDEDOR, e de outro lado a CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE, com sede na Alameda Santos, 745, 09º andar, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.034.433/0001-56, denominada simplesmente CCEE, quando em conjunto denominadas PARTES, e separadamente PARTE, neste ato representadas por seus representantes legais ao final assinados, nos termos de seus documentos societários e estatutários.

CONSIDERANDO QUE:

1. os arts. 3º e 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, em conjunto com as disposições do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, estabelecem as condições para a contratação de ENERGIA DE RESERVA para o Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo os custos associados a tal contratação suportados pelos USUÁRIOS mediante pagamento do EER;
2. a contratação de ENERGIA DE RESERVA é feita mediante leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia – MME;
3. a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, nos termos do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, com redação dada pelo Decreto nº 6.353, de 2008, possui a atribuição de celebrar os contratos associados à ENERGIA DE RESERVA na qualidade de representante dos USUÁRIOS;
4. o VENDEDOR participou do 2º Leilão para Contratação de ENERGIA DE RESERVA proveniente de Centrais Geradoras Eólicas ("LEILÃO"), promovido pela ANEEL, realizado em 14 de dezembro de 2009, conforme o Edital de Leilão nº 003/2009-ANEEL ("EDITAL"), e nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, das Portarias MME nº 147, de 30 de março de 2009, nº 211, de 28 de maio de 2009, e nº 366, de 30 de setembro de 2009, da Resolução Normativa nº 337, de 11 de novembro de 2008, da Resolução Homologatória nº 907, de 10 de novembro de 2009, e demais disposições aplicáveis;
5. nos termos da respectiva Autorização outorgada pelo Poder Concedente, conforme previsto no EDITAL, o VENDEDOR foi autorizado a gerar energia elétrica, mediante a operação da Central Geradora

Eólica EOL Faísia V, localizada no Município de Trairi, Estado do Ceará, com potência instalada de 27,3 MW;

6. a contratação da ENERGIA DE RESERVA deve observar o disposto na legislação/regulamentação, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis;

As PARTES têm entre si justo e acordado celebrar o presente CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA – CER, doravante denominado “CONTRATO” ou “CER”, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 10.848, de 2004, da Lei nº 11.488, de 2007, do Decreto nº 5.163, de 2004, do Decreto nº 6.353, de 2008, da Resolução Normativa nº 337, de 2008, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO E ANEXOS DO CONTRATO

1.1. O CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e as condições que irão regular a contratação de ENERGIA produzida pela USINA, na condição de ENERGIA DE RESERVA, a partir da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO.

1.2. A contratação de que trata a Subcláusula 1.1 destina-se, exclusivamente, ao aumento da segurança no fornecimento de ENERGIA ao SIN, não conferindo cobertura contratual de consumo para os USUÁRIOS.

1.3. São partes integrantes do CONTRATO:

- a) ANEXO I – INFORMAÇÕES TÉCNICAS E COMERCIAIS;
- b) ANEXO II – FORMULAÇÃO ALGÉBRICA ASSOCIADA À CONTA DE ENERGIA;
- c) ANEXO III – DEFINIÇÕES; e
- d) ANEXO IV – ATO AUTORIZATIVO, que ficará incorporado ao CONTRATO por referência, como se nele estivesse transcrito.

1.4. Em caso de divergências entre as disposições constantes do CONTRATO e as de seus ANEXOS, deverão prevalecer as disposições do CONTRATO.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS

2.1. Para o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada no CONTRATO e nos seus anexos, os termos e expressões grafados em letra maiúscula quando utilizados no CONTRATO terão os significados relacionados no ANEXO III – DEFINIÇÕES.

2.2. A utilização das definições constantes neste CONTRATO, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera os significados a elas atribuídos no ANEXO III – DEFINIÇÕES.

CLÁUSULA 3ª – DA MODALIDADE DO CONTRATO

3.1. O CONTRATO é celebrado na modalidade de quantidade de ENERGIA.

3.2. O ponto de entrega da ENERGIA CONTRATADA será no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA.

3.2.1. A contabilização dos montantes de ENERGIA GERADA, para fins de faturamento, de apuração da CONTA DE ENERGIA e de demais disposições do CONTRATO, será feita com base em valores referenciados ao CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA.

3.3. O VENDEDOR é o responsável pela implantação, operação e manutenção da USINA, bem como pela entrega da ENERGIA CONTRATADA, nos termos das Cláusulas 5ª a 7ª.

3.3.1. Em razão do objeto do CONTRATO, a partir da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO, toda ou parte da GARANTIA FÍSICA da USINA ficará comprometida com a ENERGIA CONTRATADA, por todo o PERÍODO DO SUPRIMENTO, devendo toda a ENERGIA proveniente da USINA ser destinada à liquidação do MERCADO DE CURTO PRAZO.

3.4. Pela disponibilização da ENERGIA proveniente da USINA, o VENDEDOR fará jus ao recebimento da RECEITA DE VENDA para cada ano de suprimento, conforme estabelecido na Cláusula 8ª.

3.5. Os riscos financeiros associados à diferença entre a ENERGIA GERADA e a ENERGIA CONTRATADA, quando da verificação de desvios negativos de geração, serão assumidos pelo VENDEDOR, nos termos do CONTRATO.

3.5.1. A diferença de que trata esta Subcláusula pode estar atrelada a:

- (i) ocorrência de ventos em intensidade inferior ao considerado em estudos realizados na fase de projeto;
- (ii) entrada em operação comercial da USINA em data posterior a 1º de julho de 2012; e/ou
- (iii) indisponibilidade de aerogeradores em nível superior aos índices de desempenho de referência.

3.6. O Compromisso do VENDEDOR, em termos de entrega de ENERGIA, refere-se exclusivamente à produção de ENERGIA da USINA, referenciada ao CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde a USINA está localizada, no montante da ENERGIA CONTRATADA.

3.6.1. Em caso de a ENERGIA GERADA ser superior à ENERGIA CONTRATADA, o VENDEDOR ficará impedido de negociar o montante de ENERGIA associado a essa variação em qualquer ambiente de comercialização, devendo a CCEE contabilizar toda a ENERGIA GERADA no âmbito do CONTRATO, observado o disposto na Cláusula 12.

3.7. Ao longo da vigência do CONTRATO, o VENDEDOR ficará impedido de promover ampliação da capacidade instalada da USINA, exceto nos casos em que forem verificados desvios negativos de geração em relação ao montante de ENERGIA associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no LEILÃO, devendo a ampliação ser compatível com os referidos desvios de geração.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PERÍODO DO SUPRIMENTO

4.1. A vigência do CONTRATO terá início na presente data encerrando-se no dia 30 de junho de 2032, observado o disposto na Subcláusula 4.6.

4.2. O PERÍODO DO SUPRIMENTO será de 20 anos e vigorará no prazo previsto na Subcláusula 4.3, independentemente do prazo final da autorização do VENDEDOR, observado o disposto na Subcláusula 4.4.

4.2.1. Na ocorrência do disposto na Subcláusula 4.4, o PERÍODO DE SUPRIMENTO será ampliado de modo a manter inalterado o seu término.

4.3. O início do PERÍODO DO SUPRIMENTO dar-se-á à zero hora do dia 1º de julho de 2012 e o término ocorrerá às 24 horas do dia 30 de junho de 2032.

4.4. O início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, definido na Subcláusula 4.3, será alterado para a data de entrada em operação comercial da USINA caso essa data seja anterior a 1º de julho de 2012.

4.5. Na eventualidade de o prazo final da autorização do VENDEDOR encerrar-se antes do término do PERÍODO DO SUPRIMENTO, o sucessor da titularidade da respectiva autorização assumirá todas as obrigações e direitos previstos no CONTRATO.

4.6. O término do prazo de vigência do CONTRATO não afetará quaisquer direitos ou obrigações das PARTES que sejam anteriores a tal evento, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do CONTRATO.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Todas as atividades, operações e processos previstos no CONTRATO, independentemente de sua definição e tratamento neste instrumento, deverão ser realizados conforme o previsto na legislação aplicável à matéria, em regulamentação da ANEEL, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, nos PROCEDIMENTOS DE REDE e nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO específicos.

5.2. As exigências operacionais para a entrega da ENERGIA CONTRATADA deverão ser integralmente atendidas pelo VENDEDOR conforme as condições e padrões estabelecidos em PROCEDIMENTOS DE REDE e em PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, em especial aqueles relativos à instalação e funcionamento do SMF.

5.2.1. Em relação à operacionalização da entrega da ENERGIA CONTRATADA ao SIN, o VENDEDOR será responsável pela prática de todos os atos necessários e entrega de toda a documentação à CCEE, conforme os prazos e condições previstos nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis, para fins de apuração da geração, modelagem do ativo de medição e outras finalidades relativas ao processo de contabilização e liquidação financeira referentes ao CONTRATO.

5.3. É de inteira responsabilidade do VENDEDOR arcar com todos os riscos, obrigações e responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas e encargos, de conexão, de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, e aqueles relativos às perdas elétricas devidas e/ou verificadas entre a USINA e o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde a USINA estiver localizada.

5.4. Ao longo do PERÍODO DE SUPRIMENTO, o VENDEDOR deverá garantir a entrega da ENERGIA CONTRATADA exclusivamente mediante a geração de ENERGIA proveniente da USINA.

5.5. A verificação de entrega de ENERGIA em montantes superiores aos da ENERGIA CONTRATADA, observadas as disposições da Cláusula 7ª, sujeitará a CCEE ao pagamento da RECEITA VARIÁVEL, nos termos da Cláusula 8ª.

5.6. A verificação de entrega de ENERGIA em montantes inferiores aos da ENERGIA CONTRATADA, observadas as disposições da Cláusula 7ª, sujeitará o VENDEDOR a efetuar o ressarcimento conforme Cláusula 11.

5.6.1. Os casos previstos na Subcláusula 3.5.1 serão considerados na apuração do disposto nesta Subcláusula.

5.6.2. O montante de ENERGIA não entregue não sujeitará o VENDEDOR à exposição financeira no MERCADO DE CURTO PRAZO.

5.7. Constitui obrigação do VENDEDOR a realização de medições anemométricas e climatológicas permanentes dos ventos na área onde está localizada a USINA.

5.7.1. O início das medições de que trata esta Subcláusula deverá ocorrer, no máximo, em 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do início da vigência do CONTRATO.

- 5.7.2. As medições anemométricas deverão ser feitas na altura do eixo dos aerogeradores, mediante utilização de instrumentos de primeira classe, conforme padrões definidos nas normas da International Electrotechnical Commission – IEC aplicáveis.
- 5.7.3. Os registros das medições anemométricas e climatológicas deverão ser transmitidos à EPE, de acordo com relação de grandezas e protocolo de transmissão de dados a ser definido, onde integrarão a base pública referencial para os estudos de geração eólica.
- 5.7.4. O descumprimento do prazo estabelecido na Subcláusula 5.7.1 sujeitará o VENDEDOR ao pagamento mensal de valor correspondente a 1% (um por cento) da RECEITA FIXA estabelecida na Cláusula 8ª, considerados os critérios de reajuste.
- 5.7.5. O pagamento mensal de que trata a Subcláusula 5.7.4, a ser realizado no âmbito da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, será devido até a efetiva implantação do sistema de medição anemométrica e climatológica, devendo os recursos advindos desse pagamento serem destinados à CONER.
- 5.8. A CCEE deverá promover a cobrança e o recolhimento do EER, bem como a gestão da CONER, com vistas ao pagamento da RECEITA DE VENDA estabelecida na Cláusula 8ª e de eventuais acréscimos monetários resultantes de mora, nos termos da Cláusula 10 do CONTRATO.
- 5.9. A CCEE sujeitar-se-á a eventuais sanções pelo descumprimento das regras previstas no CONTRATO, bem como na legislação e regulamentação atinentes à gestão dos contratos associados à ENERGIA DE RESERVA e à gestão da CONER.
- 5.10. As PARTES promoverão todos os pagamentos e/ou recebimentos devidos, conforme as disposições estabelecidas no CONTRATO, na LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA.
- 5.10.1. Na definição dos valores monetários a serem lançados o MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, serão considerados, de forma conjunta, os valores associados:
- (i) à RECEITA DE VENDA;
 - (ii) aos ressarcimentos estabelecidos na Cláusula 11;
 - (iii) à aplicação do disposto na Subcláusula 5.7.4; e
 - (iv) a demais disposições do CONTRATO que envolvam acerto financeiro.
- 5.11. Sem prejuízo do previsto nas Subcláusulas 5.2 a 5.10, o VENDEDOR e a CCEE continuarão obrigados ao cumprimento do previsto no CONTRATO e ao atendimento do disposto na legislação aplicável, em regulamentação da ANEEL, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, nos PROCEDIMENTOS DE REDE e nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO específicos, não havendo oponibilidade de ato jurídico perfeito ou direito adquirido às determinações regulamentares.
- 5.12. O atraso da entrada em operação comercial das instalações de distribuição ou transmissão necessárias para o escoamento da ENERGIA produzida pela USINA, desde que verificado e informado pela ANEEL, não exime a CCEE das obrigações previstas na Cláusula 8ª, isentando o VENDEDOR de quaisquer rebatimentos previstos no CONTRATO.
- 5.12.1. Serão considerados apenas os casos em que a entrada em operação comercial das instalações de distribuição ou transmissão ocorrer após 1º de julho de 2012.

CLÁUSULA 6ª – DA ENERGIA CONTRATADA

6.1. Para fins do CONTRATO, o VENDEDOR entregará, no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA, a ENERGIA CONTRATADA nos montantes definidos nesta Cláusula.

6.2. A ENERGIA CONTRATADA será definida por quadriênio, a partir do dia 1º de julho de 2012, independentemente da aplicação do disposto na Subcláusula 4.4, conforme datas apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1
Datas de início e término dos quadriênios

QUADRIÊNIO	INÍCIO	TÉRMINO
1º	01/07/2012	30/06/2016
2º	01/07/2016	30/06/2020
3º	01/07/2020	30/06/2024
4º	01/07/2024	30/06/2028
5º	01/07/2028	30/06/2032

6.3. No 1º quadriênio, a ENERGIA CONTRATADA será igual ao montante de ENERGIA associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no LEILÃO, de acordo com a expressão algébrica abaixo:

$$CQ_1 = CQ_{\text{Leilão}} \quad (\text{eq. 1})$$

Onde:

CQ_1 = ENERGIA CONTRATADA do 1º quadriênio, expressa em $MW_{\text{méd}}$; e

$CQ_{\text{Leilão}}$ = montante de ENERGIA associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no LEILÃO, expresso em $MW_{\text{méd}}$, cujo valor encontra-se no ANEXO I do CONTRATO.

6.4. A partir do 2º quadriênio, aplicar-se-á dispositivo de reconciliação contratual para fins de mitigação de incertezas relacionadas à produção de ENERGIA proveniente de fonte eólica, devendo a ENERGIA CONTRATADA ser revisada para o valor médio anual do montante de ENERGIA efetivamente produzido pela USINA desde o início do 1º quadriênio até o término do quadriênio anterior, condicionado à média dos valores quadrienais de ENERGIA CONTRATADA não ser superior ao montante de ENERGIA associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no LEILÃO, conforme a seguinte expressão algébrica:

$$CQ_Q = \text{mínimo} \{ G_{1:Q-1}, ((CQ_{\text{ref } 1:Q} - CQ_{1:Q-1}) / N_{\text{Horas } Q}) \} \quad (\text{eq. 2})$$

Onde:

CQ_Q = ENERGIA CONTRATADA do quadriênio "Q", expressa em $MW_{\text{méd}}$;

$G_{1:Q-1}$ = valor médio da geração da USINA referenciada ao CENTRO DE GRAVIDADE, compreendido desde o início do 1º quadriênio até o final do quadriênio "Q-1", expresso em $MW_{\text{méd}}$;

CQref_{1:Q} = montante de ENERGIA associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no LEILÃO, expresso em MWh, obtido conforme Subcláusula 6.4.1;

CQ_{1:Q-1} = montante acumulado de ENERGIA CONTRATADA, expresso em MWh, obtido desde o início do 1º quadriênio até o final do quadriênio "Q-1"; e

N_Horas_Q = número de horas do quadriênio "Q".

6.4.1. O valor do termo **CQref_{1:Q}** é obtido pelo produto do (i) montante de ENERGIA associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no LEILÃO, expresso em MW_{med}, pelo (ii) número de horas do período compreendido desde o início do 1º quadriênio até o término do quadriênio "Q".

6.4.2. O valor do termo **CQ_{1:Q-1}** é obtido por meio da seguinte equação algébrica:

$$CQ_{1:Q-1} = \sum_{i=1}^{Q-1} (CQ_i * N_Horas_i) \quad (\text{eq. 3})$$

Onde:

CQ_i = ENERGIA CONTRATADA do quadriênio "i", expresso em MW_{med};

N_Horas_i = número de horas do quadriênio "i"; e

i = representa o número do quadriênio.

6.5. O cálculo dos valores de ENERGIA CONTRATADA para cada quadriênio, conforme disposto nas Subcláusulas 6.3 e 6.4, será realizado no âmbito de REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.6. A ENERGIA entregue pelo VENDEDOR no CENTRO DE GRAVIDADE, durante todo o PERÍODO DE SUPRIMENTO, será contabilizada e liquidada no MERCADO DE CURTO PRAZO, sendo os recursos correspondentes a essa liquidação destinados à CONER.

6.7. A ENERGIA CONTRATADA definida neste CONTRATO não poderá ser entregue por outras USINAS do VENDEDOR, por outro AGENTE DA CCEE nem pelo conjunto dos AGENTES em razão de operação otimizada do SIN.

6.8. Caso a data de entrada em operação comercial da USINA seja anterior a 1º de julho de 2012, toda a ENERGIA GERADA no período compreendido entre essa data e 30 de junho de 2012 será contabilizada no âmbito do CONTRATO, ficando o VENDEDOR impedido de negociar essa ENERGIA em qualquer ambiente de comercialização.

6.9. Não será considerada, para fins do CONTRATO, a ENERGIA GERADA durante a operação de testes, devendo essa ENERGIA ser tratada conforme REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.9.1. Enquanto não estiver concluído o processo de implantação do SMF, conforme regulamentação aplicável, toda a ENERGIA GERADA terá o tratamento disposto nesta Subcláusula.

6.10. Em caso de decretação de racionamento, a quantidade de ENERGIA CONTRATADA não será reduzida.

CLÁUSULA 7ª – DA CONTA DE ENERGIA

7.1. As PARTES resolvem criar a CONTA DE ENERGIA, destinada a mitigar incertezas relacionadas à produção de ENERGIA proveniente de fonte eólica, que compreende a contabilização das diferenças entre os montantes de ENERGIA GERADA e de ENERGIA CONTRATADA, nos termos das disposições do CONTRATO e em conformidade com as diretrizes estabelecidas para o LEILÃO e com as REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis.

7.2. A CONTA DE ENERGIA tem as seguintes características e definições, adotando-se as equações algébricas apresentadas no ANEXO II do CONTRATO.

- I. A CONTA DE ENERGIA é definida como sendo o saldo de ENERGIA anualmente acumulado resultante da soma, a cada período de 12 (doze) meses, da diferença entre (i) a ENERGIA GERADA anual da USINA e (ii) a ENERGIA CONTRATADA referente ao período considerado.
- II. O saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, anualmente apurado, observará uma margem inferior de 10% (dez por cento) abaixo do valor da ENERGIA CONTRATADA referente ao período considerado, e a uma margem superior de 30% (trinta por cento) acima do valor da ENERGIA CONTRATADA aplicável ao mesmo período.
- III. Haverá dois processos de apuração do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, um ao final de cada ano contratual e outro ao final de cada quadriênio, sendo que no último ano de cada quadriênio, ambos os processos serão realizados.
- IV. Ao final de cada ano contratual, a eventual parcela do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA que extrapolar o limite superior da FAIXA DE TOLERÂNCIA será contabilizada e liquidada no âmbito do CONTRATO, conforme Cláusula 8ª.
- V. Ao final de cada ano contratual, a eventual parcela do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA que extrapolar o limite inferior da FAIXA DE TOLERÂNCIA sujeitará o VENDEDOR a efetuar o ressarcimento conforme Cláusula 11.
- VI. Na ocorrência do disposto no item IV, o saldo acumulado inicial da CONTA DE ENERGIA para o ano contratual seguinte, dentro do mesmo quadriênio, será revisado para o limite superior da FAIXA DE TOLERÂNCIA.
- VII. Na ocorrência do disposto no item V, o saldo acumulado inicial da CONTA DE ENERGIA para o ano contratual seguinte, dentro do mesmo quadriênio, será revisado para o limite inferior da FAIXA DE TOLERÂNCIA.
- VIII. Ao final de cada quadriênio, e após a realização do processo de apuração de que trata o item IV, a eventual parcela de ENERGIA associada ao saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, contida na FAIXA DE TOLERÂNCIA e proveniente de desvios positivos de geração, poderá ser, segundo critério do VENDEDOR, objeto de:
 - a) repasse para o quadriênio seguinte na condição de crédito de energia;
 - b) cessão para outros agentes de geração que se sagraram vencedores no LEILÃO; ou
 - c) liquidação no âmbito do CONTRATO, conforme Cláusula 8ª.
- IX. Ao final de cada quadriênio, e após a realização do processo de apuração de que trata o item V, a eventual parcela de ENERGIA associada ao saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, contida na FAIXA DE TOLERÂNCIA e proveniente de desvios negativos de geração, sujeitará o VENDEDOR a efetuar o ressarcimento conforme Cláusula 11, considerados os montantes de ENERGIA adquiridos por meio do mecanismo de cessão mencionado na alínea "b" do item VIII.
- X. Para fins de apuração, considera-se o ano contratual, computado de 1º de julho de cada ano a 30 de junho do ano seguinte.

7.3. A CONTA DE ENERGIA será adotada durante o todo o PERÍODO DE ENTREGA DA ENERGIA CONTRATADA, sendo sua apuração realizada por meio de REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

CLÁUSULA 8ª – DA RECEITA DE VENDA

8.1. A RECEITA DE VENDA do CONTRATO, composta pela RECEITA FIXA e pela RECEITA VARIÁVEL, e definida com base no PREÇO DE VENDA e nos montantes de ENERGIA CONTRATADA e ENERGIA GERADA, conforme disposições constantes desta Cláusula, será paga no âmbito da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, mediante utilização de recursos financeiros advindos exclusivamente da CONER.

8.1.1. O pagamento das componentes da RECEITA DE VENDA, observado o mecanismo de que trata a Subcláusula 5.10, será realizado pela CCEE mediante crédito em conta corrente de titularidade do VENDEDOR, aberta para tal fim sob o nº 024595-0, na Agência 2572-0, do Banco Bradesco S.A., sendo que a referida conta corrente só poderá ser alterada mediante prévia e expressa anuência do financiador da USINA.

8.2. O PREÇO DE VENDA, estabelecido no LEILÃO, será de R\$ 152,68/MWh (cento e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos por megawatt-hora), referente ao mês de realização do LEILÃO, e será atualizado monetariamente, a partir do primeiro dia do mês subsequente à realização do LEILÃO, com base no IPCA.

8.3. As atualizações monetárias do PREÇO DE VENDA deverão ocorrer anualmente, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo legal de doze meses, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à realização do LEILÃO, e observada a seguinte equação algébrica:

$$PV_i = PV_0 * \left(\frac{I_i}{I_0} \right) \quad (\text{eq. 4})$$

Onde:

PV_i = novo PREÇO DE VENDA corrigido, expresso em R\$/MWh;

PV_0 = PREÇO DE VENDA resultante do LEILÃO, expresso em R\$/MWh;

I_i = valor do número índice do IPCA do mês de junho; e

I_0 = valor do número índice do IPCA do mês de realização do LEILÃO.

8.3.1. Deverão ser adotadas seis casas decimais exatas para os cálculos, desprezando-se os demais algarismos a partir da sétima casa, inclusive.

8.4. Caso o IPCA não seja publicado até o processamento do cálculo do EER a ser pago pelos USUÁRIOS para fins de realização da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, será utilizado o último índice publicado. Na primeira liquidação financeira após a publicação do índice que deveria ter sido utilizado, será efetuado o ajuste do PREÇO DE VENDA e dos pagamentos efetuados com base no índice provisório.

8.5. Caso venha a ocorrer a extinção do IPCA, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e, na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

8.6. A RECEITA FIXA corresponderá ao pagamento associado à ENERGIA CONTRATADA, mediante aplicação da seguinte equação algébrica:

$$RF_A = CQ_Q * N_Horas_A * PV_i \quad (\text{eq. 5})$$

Onde:

RF_A = RECEITA FIXA para o ano corrente "A", expressa em R\$;

CQ_Q = montante de ENERGIA CONTRATADA aplicável ao ano corrente "A", expresso em MW_{méd}, conforme definido na Cláusula 6ª;

N_Horas_A = número de horas do ano corrente "A"; e

PV_i = PREÇO DE VENDA vigente no período considerado, expresso em R\$/MWh.

8.7. O VENDEDOR, independentemente da entrega de ENERGIA, terá direito a receber, a partir do início do PERÍODO DE ENTREGA DA ENERGIA CONTRATADA, em relação a cada mês desse período, um duodécimo do valor da RECEITA FIXA definido na Subcláusula 8.6.

8.7.1. O efetivo pagamento da RECEITA FIXA estará condicionado à entrada em operação comercial da USINA, devendo os recursos financeiros associados a este pagamento ficarem retidos na CONER.

8.7.2. Após a entrada em operação comercial da USINA, todos os recursos financeiros de que trata a Subcláusula 8.7.1 serão lançados como crédito do VENDEDOR na LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, nos termos da Subcláusula 8.1.1.

8.7.3. Não se aplica o disposto na Subcláusula 8.7.1 nos casos previstos na Subcláusula 5.12.

8.8. A RECEITA VARIÁVEL corresponderá, se aplicável, ao pagamento associado a:

- (i) ENERGIA GERADA no período que antecede ao início do PERÍODO DE ENTREGA DA ENERGIA CONTRATADA, no caso em que a entrada em operação comercial da USINA seja anterior a 1º de julho de 2012;
- (ii) ENERGIA referente à parcela do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA que extrapolar o limite superior da FAIXA DE TOLERÂNCIA, conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual; e/ou
- (iii) ENERGIA referente à parcela do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, contida na FAIXA DE TOLERÂNCIA e proveniente de desvios positivos de geração, que não foi objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio.

8.9. A RECEITA VARIÁVEL correspondente ao item (i) da Subcláusula 8.8 será devida a cada mês em que houver geração da USINA, durante todo o período que anteceder ao início do PERÍODO DE ENTREGA DA ENERGIA CONTRATADA, e será definida pela seguinte equação algébrica:

$$RV_{1m} = G_m * PV_i \quad (\text{eq. 6})$$

Onde:

RV_{1m} = RECEITA VARIÁVEL associada ao item (i) da Subcláusula 8.8 e correspondente ao mês "m", expressa em R\$;

G_m = montante de ENERGIA GERADA no mês "m", referenciado ao CENTRO DE GRAVIDADE, expresso em MWh; e

PV_i = PREÇO DE VENDA vigente no período considerado, expresso em R\$/MWh.

8.10. A RECEITA VARIÁVEL correspondente ao item (i) da Subcláusula 8.8 será paga em uma única parcela, após a conclusão do processo de contabilização dos montantes de ENERGIA GERADA referenciados ao CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA.

8.11. A RECEITA VARIÁVEL correspondente ao item (ii) da Subcláusula 8.8 será apurada ao final de cada ano contratual, mediante aplicação da seguinte equação algébrica:

$$RV_{2A} = \Delta SCE_A * (0,7 * PV_i) \quad (\text{eq. 7})$$

Onde:

RV_{2A} = RECEITA VARIÁVEL associada ao item (ii) da Subcláusula 8.8 e correspondente à apuração realizada ao final do ANO "A", expressa em R\$;

PV_i = PREÇO DE VENDA a vigor no ano "A+1", expresso em R\$/MWh; e

ΔSCE_A = parcela do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, apurado ao final do ANO "A", que extrapola o limite superior da FAIXA DE TOLERÂNCIA, expressa em MWh, a ser determinada pelas equações algébricas abaixo:

(i) No final do 1º ano do quadriênio:

$$\Rightarrow \Delta SCE_A = \text{máximo} \{ SCE_{Q-1} + DESV_{G_A} - M_{Sup_A} ; 0 \} \quad (\text{eq. 8})$$

(ii) No final dos demais anos do quadriênio:

$$\Rightarrow \Delta SCE_A = \text{máximo} \{ SCE_{A-1} + DESV_{G_A} - M_{Sup_A} ; 0 \} \quad (\text{eq. 9})$$

onde:

SCE_{Q-1} = saldo residual da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, transferido do quadriênio anterior para o quadriênio corrente "Q" (o valor dessa variável é zero no primeiro quadriênio, ou seja, quando "Q" é igual a um);

DESV_{G_A} = desvio da geração anual da USINA (referenciada ao CENTRO DE GRAVIDADE) em relação à ENERGIA CONTRATADA do quadriênio corrente (montante definido na Cláusula 6ª), expresso em MWh e determinado pela equação II.3 (ANEXO II);

M_{Sup_A} = margem superior de 30% (trinta por cento) do valor da ENERGIA CONTRATADA aplicável ao ano corrente "A", expresso em MWh e determinado pela equação II.4 (ANEXO II); e

SCE_{A-1} = saldo da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, acumulado no quadriênio até o ano "A-1" (ano anterior), inclusive.

8.12. A RECEITA VARIÁVEL correspondente ao item (ii) da Subcláusula 8.8 será paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

8.12.1. O pagamento das parcelas mensais uniformes da RECEITA VARIÁVEL de que trata esta Subcláusula será iniciado após a conclusão de todo o processo de apuração do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, o que envolve a contabilização dos montantes de ENERGIA GERADA referenciados ao CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA.

8.13. A RECEITA VARIÁVEL correspondente ao item (iii) da Subcláusula 8.8 será apurada ao final de cada quadriênio, após a realização do processo de definição dos montantes de ENERGIA a serem objeto de repasse e/ou cessão, nos termos do item VIII da Subcláusula 7.2, mediante aplicação da seguinte equação algébrica:

$$RV_{3Q} = PV_i * \text{máximo} \{ (1 - FR - FC) * SCE_{A4} , 0 \} \quad (\text{eq. 10})$$

Onde:

RV_{3Q} = RECEITA VARIÁVEL associada ao item (iii) da Subcláusula 8.8 e correspondente à apuração realizada ao final do quadriênio "Q", expressa em R\$;

PV_i = PREÇO DE VENDA a vigor em cada ano de pagamento, expresso em R\$/MWh; e

FR = fator de repasse definido quadrienalmente pelo VENDEDOR, cujo valor pode variar de 0% (zero por cento) a 100% (cem por cento), em intervalos de 1%; (um por cento);

FC = fator de cessão definido quadrienalmente pelo VENDEDOR, cujo valor pode variar de 0% (zero por cento) a 100% (cem por cento), em intervalos de 1%; (um por cento); e

SCE_{A4} = saldo da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, acumulado ao final do último ano do quadriênio findo.

8.14. A RECEITA VARIÁVEL correspondente ao item (iii) da Subcláusula 8.8 será paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos contratuais do quadriênio seguinte.

8.14.1. O pagamento das parcelas mensais da RECEITA VARIÁVEL de que trata esta Subcláusula será iniciado após a conclusão de todo o processo de apuração do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, o que envolve a contabilização dos montantes de ENERGIA GERADA referenciados ao CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA.

8.14.2. O valor da parcela mensal da RECEITA VARIÁVEL de que trata esta Subcláusula deverá ser reajustado conforme atualização monetária aplicada ao PREÇO DE VENDA.

8.15. Cada componente da RECEITA DE VENDA definida nesta Cláusula será lançada como crédito do VENDEDOR no processo de LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, em conformidade com o disposto na Subcláusula 5.10.

8.16. Todas as atividades, operações e processos atinentes ao cálculo da RECEITA FIXA e das componentes da RECEITA VARIÁVEL, independentemente de sua definição e tratamento no CONTRATO, deverão ser realizados conforme o previsto em diretrizes estabelecidas para o LEILÃO, em regulamentação da ANEEL e em REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

8.17. O VENDEDOR declara, de forma irrevogável e irretratável, que o PREÇO DE VENDA, em conjunto com as respectivas regras de atualização monetária e de pagamento previstas no CONTRATO, é suficiente para o cumprimento integral das obrigações previstas no presente instrumento.

8.18. Caso sejam criados, após a data de assinatura do CONTRATO, novos tributos, encargos setoriais ou contribuições parafiscais e outros encargos legais, ou modificados a base de cálculo, as alíquotas ou o regime de arrecadação dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus do VENDEDOR, com repercussão no equilíbrio contratual, o PREÇO DE VENDA poderá ser adequado de modo a refletir tais alterações, para mais ou para menos, que entrará em vigor após homologação pela ANEEL.

CLÁUSULA 9ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento mensal devido ao VENDEDOR, o que inclui a RECEITA FIXA e a RECEITA VARIÁVEL, observado o disposto na Subcláusula 5.10, será efetuado no âmbito da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, nos termos da regulamentação específica.

9.2. A realização da liquidação financeira mencionada na Subcláusula 9.1 ocorrerá em data definida em PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO específico, respeitadas as previsões contratuais.

9.3. O valor mensal referente ao crédito do VENDEDOR conferido pela RECEITA DE VENDA deverá considerar eventuais acréscimos monetários resultantes de mora, conforme disciplina constante da Cláusula 10.

9.4. O pagamento mensal devido ao VENDEDOR será realizado exclusivamente com recursos financeiros da CONER.

9.5. Os pagamentos devidos ao VENDEDOR deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, inclusive de eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos.

CLÁUSULA 10 – DA MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS

10.1. Fica caracterizada a mora quando o valor monetário obtido pelo VENDEDOR, após a realização da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, considerados os recursos financeiros disponíveis na CONER, for inferior ao valor mensal referente ao crédito do VENDEDOR constante do MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA.

10.2. No caso de mora, incidirão sobre a parcela não recebida pelo VENDEDOR, os seguintes acréscimos:

- (i) multa de 2% (dois por cento); e
- (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*.

10.3. Os acréscimos previstos na Subcláusula 10.2 incidirão sobre o valor das parcelas em atraso, mensalmente atualizadas pela variação *pro rata die* do índice previsto na Subcláusula 8.2, relativo ao mês anterior, observado o disposto na Subcláusula 8.5, e serão incluídos no MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA do mês subsequente.

10.4. Se, no período de atraso, a correção monetária for negativa, a variação prevista na Subcláusula 10.3 será considerada nula.

CLÁUSULA 11 – DO RESSARCIMENTO POR DESVIOS NEGATIVOS DE GERAÇÃO

11.1. Os riscos financeiros associados à diferença entre a ENERGIA GERADA e a ENERGIA CONTRATADA, conforme disposto na Subcláusula 3.5, serão tratados, para efeito do CONTRATO, como ressarcimento devido pelo VENDEDOR.

11.2. Nos termos do item V da Subcláusula 7.2, o valor do ressarcimento devido pelo VENDEDOR, ao final de cada ano contratual, nos casos em que o saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA extrapolar o limite inferior da FAIXA DE TOLERÂNCIA, será estabelecido mediante aplicação da seguinte equação algébrica:

$$RESS_1_A = \Delta SCE_A * (1,15 * PV_1) \quad (\text{eq. 11})$$

Onde:

RESS_1A = valor do ressarcimento associado ao item V da Subcláusula 7.2 e correspondente à apuração realizada ao final do ANO "A", expresso em R\$;

PV₁ = PREÇO DE VENDA a vigor no ano "A+1", expresso em R\$/MWh; e

ΔSCE_A = parcela do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, apurado ao final do ANO "A", que extrapola o limite inferior da FAIXA DE TOLERÂNCIA, expressa em MWh, a ser determinada pelas equações algébricas abaixo:

(i) No final do 1º ano do quadriênio:

$$\Rightarrow \Delta SCE_A = \text{mínimo} \{ SCE_{Q-1} + DESV_G_A + M_Inf_A ; 0 \} \quad (\text{eq. 12})$$

(ii) No final dos demais anos do quadriênio:

$$\Rightarrow \Delta SCE_A = \text{mínimo} \{ SCE_{A-1} + DESV_G_A + M_Inf_A ; 0 \} \quad (\text{eq. 13})$$

onde:

SCE_{Q-1} = saldo residual da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, transferido do quadriênio anterior para o quadriênio corrente (o valor dessa variável é zero no primeiro quadriênio, ou seja, quando "Q" é igual a um);

DESV_G_A = desvio da geração anual da USINA (referenciada ao CENTRO DE GRAVIDADE) em relação à ENERGIA CONTRATADA do quadriênio corrente (montante definido na Cláusula 6ª), expresso em MWh e determinado pela equação II.3 (ANEXO II);

M_Inf_A = margem inferior de 10% (dez por cento) do valor da ENERGIA CONTRATADA aplicável ao ano corrente "A", expresso em MWh e determinado pela equação II.5 (ANEXO II); e

SCE_{A-1} = saldo da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, acumulado no quadriênio até o ano "A-1" (ano anterior), inclusive.

11.3. O ressarcimento de que trata a Subcláusula 11.2 deverá ser feito mediante pagamento de 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, devendo os recursos financeiros advindos desse ressarcimento serem destinados à CONER.

11.3.1. O pagamento das parcelas mensais uniformes associadas ao ressarcimento de que trata esta Subcláusula será iniciado após a conclusão de todo o processo de apuração do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, o que envolve a contabilização dos montantes de ENERGIA GERADA referenciados ao CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA.

11.4. Nos termos do item IX da Subcláusula 7.2, o valor do ressarcimento devido pelo VENDEDOR, ao final de cada quadriênio, nos casos em que for verificada eventual parcela de ENERGIA associada ao saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, contida na FAIXA DE TOLERÂNCIA e proveniente de desvios negativos de geração, será estabelecido mediante aplicação da seguinte equação algébrica:

$$RESS_2_Q = PV_i * \text{mínimo} \{ SCE_{A4} + EAd_{A4} , 0 \} \quad (\text{eq. 11})$$

Onde:

RESS_2_Q = valor do ressarcimento associado ao item IX da Subcláusula 7.2 e correspondente à apuração realizada ao final do quadriênio "Q", expresso em R\$;

PV_i = PREÇO DE VENDA a vigor no 1º ano contratual do quadriênio seguinte, expresso em R\$/MWh;

SCE_{A4} = saldo da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, acumulado ao final do último ano do quadriênio findo; e

EAd_{A4} = montante de ENERGIA, expresso em MWh, adquirido junto a agentes de geração que se sagraram vencedores no LEILÃO e que possuíam saldo positivo da CONTA DE ENERGIA ao final do quadriênio, conforme dispositivo de cessão de que trata a Cláusula 12.

11.5. O ressarcimento de que trata a Subcláusula 11.4 deverá ser feito mediante pagamento de 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do 1º ano contratual do quadriênio seguinte, devendo os recursos financeiros advindos desse ressarcimento serem destinados à CONER.

11.5.1. O pagamento das parcelas mensais uniformes associadas ao ressarcimento de que trata esta Subcláusula será iniciado após a conclusão de todo o processo de apuração do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, o que envolve a contabilização dos montantes de ENERGIA GERADA referenciados ao CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA.

11.6. Os valores monetários associados aos ressarcimentos de que trata esta Cláusula serão lançados como débito do VENDEDOR no processo de LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, em conformidade com o disposto na Subcláusula 5.10.

11.7. Todas as atividades, operações e processos atinentes ao cálculo dos eventuais ressarcimentos de que trata esta Cláusula, independentemente de sua definição e tratamento no CONTRATO, deverão ser realizados conforme o previsto em diretrizes estabelecidas para o LEILÃO, em regulamentação da ANEEL e em REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

CLÁUSULA 12 – DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DE ENERGIA

12.1. A critério exclusivo do VENDEDOR, parcela da ENERGIA GERADA poderá ser cedida a outros agentes de geração que se sagraram vencedores no LEILÃO, conforme disciplina estabelecida em REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

12.2. A opção de que trata a Subcláusula 12.1 só será permitida ao final de cada quadriênio, e estará condicionada à verificação de saldo positivo da CONTA DE ENERGIA ao final do quadriênio.

12.3. O montante de ENERGIA associado à opção de que trata a Subcláusula 12.1 será considerado na definição:

- (i) da RECEITA VARIÁVEL correspondente ao item (iii) da Subcláusula 8.8, nos termos da Subcláusula 8.13; e
- (ii) do saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA para o início do quadriênio seguinte, conforme disposto no ANEXO II.

12.4. A critério exclusivo do VENDEDOR, ao final de cada quadriênio, na situação de eventual parcela de ENERGIA associada ao saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, contida na FAIXA DE TOLERÂNCIA e proveniente de desvios negativos de geração, poderá ser adquirida ENERGIA proveniente de centrais geradoras eólicas comprometidas com a contratação de ENERGIA DE RESERVA, cujos agentes de geração se sagraram vencedores no LEILÃO.

12.5. O montante de ENERGIA adquirido nos termos da Subcláusula 12.4 será considerado apenas na definição do valor do ressarcimento devido pelo VENDEDOR de que trata a Subcláusula 11.4, não sendo considerado no processo de reconciliação contratual definido na Subcláusula 6.4.

CLÁUSULA 13 – DA RESCISÃO

13.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretroatável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da PARTE adimplente, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- I. caso seja decretada a falência, a dissolução ou a liquidação judicial ou extrajudicial do VENDEDOR, mediante aviso ou notificação com antecedência de dez dias;

- II. na eventualidade de o VENDEDOR ter revogada qualquer autorização ou licença legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no CONTRATO, inclusive, mas não se limitando à concessão de serviço público, permissão ou autorização;
- III. caso a USINA não inicie sua operação comercial até 30 de junho de 2013;
- IV. caso o VENDEDOR deixe de efetuar os ressarcimentos previstos no CONTRATO por período superior a seis meses;
- V. caso seja verificado que os aerogeradores instalados na USINA não atendem a algum dos seguintes requisitos:
 - a. equipamentos novos, sem nenhuma utilização anterior; ou
 - b. potência nominal igual ou superior a 1.500 kW, no caso de aerogeradores importados; e
- VI. na eventualidade de descumprimento de requisitos de desempenho da USINA, em particular aqueles referentes a afundamentos de tensão durante faltas e a controle e fornecimento de potência reativa, estabelecidos nos PROCEDIMENTOS DE REDE e/ou nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, conforme o ponto de conexão e a modalidade de despacho da USINA.

13.2. Ouvida a manifestação da ANEEL, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, caso não sanada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento de notificação por escrito, facultará à PARTE adimplente considerar rescindido o CONTRATO.

13.3. Ocorrendo a rescisão do CONTRATO, a PARTE inadimplente obriga-se a manter a PARTE adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos do CONTRATO, observado o disposto na Subcláusula 14.1, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal rescisão.

13.4. A rescisão do CONTRATO não libera as PARTES das obrigações devidas até a data de rescisão e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a rescisão ou que dela decorra.

13.4.1. Caso a rescisão do CONTRATO seja motivada pela hipótese prevista no item III da Subcláusula 13.1, o VENDEDOR não fará jus ao recebimento dos recursos financeiros de que trata a Subcláusula 8.7.1.

CLÁUSULA 14 – DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

14.1. A PARTE que, por sua ação ou omissão, der causa à rescisão do CONTRATO por incorrer em alguma das hipóteses tratadas na Cláusula 13, ficará obrigada a pagar à outra PARTE, sem prejuízo de perdas e danos, penalidade de multa por rescisão, calculada de acordo com a equação algébrica descrita:

$$Multa = \min \left\{ 30\% * RECEITA FIXA * \frac{VEAR}{\left(\frac{ENERGIA CONTRATADA}{4 \text{ anos}} \right)} ; RECEITA FIXA \right\}$$

onde:

RECEITA FIXA = valor correspondente ao pagamento associado à ENERGIA CONTRATADA, conforme definido na Subcláusula 8.6, expresso em R\$;

VEAR = volume de ENERGIA CONTRATADA remanescente entre a data de rescisão e a data de término do PERÍODO DO SUPRIMENTO, expresso em MWh;

ENERGIA CONTRATADA = montante de ENERGIA associado à obrigação contratual do VENDEDOR em termos de geração de ENERGIA proveniente da USINA, cujo valor está definido na Cláusula 6ª, expresso em MWh; e

mín = função mínimo, que calcula o menor dentre dois valores.

14.2. A PARTE inadimplente deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que ocorrer a rescisão, efetuar o pagamento do valor estipulado na Subcláusula 14.1, acrescido de juros à taxa estipulada no item (ii) da Subcláusula 10.2, calculados entre a data de cálculo da multa e a data do efetivo pagamento.

14.3. Caso haja controvérsia com relação ao pagamento da penalidade de multa por rescisão prevista na Subcláusula 14.1, a questão deverá ser submetida ao processo de solução de controvérsia, na forma da Cláusula 15.

14.4. A responsabilidade de cada uma das PARTES no âmbito do CONTRATO estará, em qualquer hipótese, limitada aos montantes de danos que der causa.

14.5. Pelo descumprimento de qualquer obrigação de sua responsabilidade, as PARTES sujeitar-se-ão à aplicação das penalidades administrativas cabíveis, conforme a legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação do disposto no CONTRATO.

CLÁUSULA 15 – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

15.1. Uma controvérsia se inicia com a NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA de uma PARTE a outra.

15.2. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias derivadas do CONTRATO, as PARTES buscarão solucioná-las amigavelmente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA.

15.3. Caso as controvérsias decorrentes do CONTRATO não sejam solucionadas na forma da Subcláusula 15.2, as PARTES deverão submetê-las ao processo de solução de conflitos por meio de arbitragem, conforme o previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO e na CONVENÇÃO ARBITRAL, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, valendo a presente como cláusula compromissória.

CLÁUSULA 16 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

16.1. Caso o VENDEDOR não possa cumprir qualquer de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, o CONTRATO permanecerá em vigor, mas o VENDEDOR não responderá pelas consequências do não cumprimento de suas obrigações nos termos do CONTRATO, durante o período de ocorrência do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

16.2. Nenhum evento de caso fortuito ou força maior eximirá o VENDEDOR de quaisquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que tenham se constituído antes dele, embora vençam durante o evento de caso fortuito ou força maior, em especial as obrigações de entrega da ENERGIA CONTRATADA e o pagamento de eventuais ressarcimentos.

16.3. O VENDEDOR, ao invocar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, deverá adotar as seguintes medidas:

- I. notificar a CCEE da ocorrência do evento de caso fortuito ou força maior, tão logo quanto possível, mas, em nenhuma circunstância, em prazo superior a 5 (cinco) dias contados da data em que tiver tomado conhecimento de sua ocorrência, fornecendo uma descrição da

- natureza do evento, uma estimativa de sua duração e do impacto no desempenho de suas obrigações contratuais;
- II. adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as conseqüências de tal evento, visando retomar suas obrigações contratuais com a maior brevidade possível;
 - III. informar regularmente à CCEE a respeito de suas ações e de seu plano de ação para remediar e/ou minimizar tais conseqüências;
 - IV. prontamente avisar a CCEE do término do evento de caso fortuito ou força maior e de suas conseqüências; e
 - V. respaldar todos os fatos e ações com documentação ou registro disponível.

CLÁUSULA 17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O presente CONTRATO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável pelo prazo de vigência definido na Cláusula 4ª, ressalvadas as disposições contidas na Cláusula 13.

17.2. O presente CONTRATO não poderá ser alterado, exceto por meio de aditamento escrito firmado pelas PARTES, observado o disposto na Lei nº 10.848, de 2004, na Lei nº 11.488, de 2007, no Decreto nº 5.163, de 2004, no Decreto nº 6.353, de 2008, e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

17.3. Ficam autorizadas cessões de direitos e/ou obrigações decorrentes do CONTRATO nos casos de reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, criação de subsidiária, etc.) do VENDEDOR, com anuência prévia da CCEE e celebração de Termo Aditivo previamente aprovado pela ANEEL, respeitadas as condições pactuadas no presente CONTRATO, notadamente o PREÇO DE VENDA.

17.4. No caso da mudança de titularidade da autorização do VENDEDOR, observado o disposto no Inciso II da Subcláusula 17.7, e respeitadas as condições pactuadas no CONTRATO, fica prévia e expressamente assegurada a sub-rogação dos direitos e obrigações decorrentes do CONTRATO, com anuência prévia da CCEE.

17.5. O VENDEDOR poderá ceder os direitos creditórios decorrentes do CONTRATO em garantia de contratos de financiamentos relacionados à USINA, com anuência prévia da CCEE.

17.6. Nenhum atraso ou tolerância, por qualquer das PARTES, relativamente ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso contido no CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia desse(s) ou novação da(s) obrigação(ões).

17.7. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no CONTRATO, as PARTES obrigam-se a:

- I. observar e cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável aos seus negócios sociais e às atividades a serem desempenhadas nos termos do CONTRATO;
- II. obter e manter válidas e vigentes, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações, inclusive no que diz respeito à outorga de autorização, assumidas no presente CONTRATO, exceto se tal situação for modificada por AUTORIDADE COMPETENTE e, nesse caso, as PARTES obrigam-se a adotar alternativa contratual que preserve os efeitos econômicos e financeiros do CONTRATO em conformidade com o originalmente pactuado; e
- III. informar a outra PARTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contado da data do conhecimento do evento, sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possam representar ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas no CONTRATO.

17.8. O VENDEDOR obriga-se a não celebrar quaisquer contratos de venda de ENERGIA que tenha a USINA como lastro durante toda a vigência do CONTRATO.

17.9. Caso os valores monetários associados aos ressarcimentos de que trata a Cláusula 11, acrescidos de demais valores devidos pelo VENDEDOR nos termos do CONTRATO, sejam superiores às componentes da RECEITA DE VENDA, em cada processo de LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, o VENDEDOR assumirá posição devedora na referida liquidação.

17.9.1. Caso o valor monetário pago pelo VENDEDOR, após a realização da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, seja inferior ao valor mensal referente ao débito do VENDEDOR constante do MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, incidirão os mesmos encargos moratórios previstos na Cláusula 10.

17.10. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma PARTE a outra a respeito do CONTRATO será feita por escrito, em língua portuguesa, e poderá ser entregue ou enviada por correio registrado, fac-símile ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova formal do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes legais e representantes operacionais, a saber:

Se para o VENDEDOR:

A/C: PEDRO PONCES

Tel.: (85) 3452-7331

Fax.: (85) 3452-3850

E-mail: pedro.ponces@martifer.com

Se para a CCEE:

A/C: GERÊNCIA DE LEILÕES E LIQUIDAÇÃO

Tel.: 0800-100008

Fax.: (11) 3175-6039

E-mail: atendimento@ccee.org.br

17.11. Na hipótese de qualquer das disposições previstas no CONTRATO vir a ser declarada ilegal, inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes não serão afetadas, permanecendo em plena vigência e aplicação e, nessa hipótese, as PARTES se obrigam, desde já, a adotar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável, e que mantenham, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das PARTES.

17.12. O presente CONTRATO deverá ser homologado pela ANEEL, bem como dos eventuais aditamentos ou alterações.

17.13. Este CONTRATO é reconhecido pelas PARTES como título executivo, na forma do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro, para efeito de cobrança dos valores devidos.

17.14. Este CONTRATO será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras.

17.15. Observado o disposto na Cláusula 15, fica eleito o Foro da Comarca da CCEE, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a finalidade específica de adoção de eventuais medidas coercitivas ou cautelares entendidas como necessárias pelas PARTES, bem como para a eventual execução de sentença arbitral ou o ingresso de pedido de decretação de nulidade de sentença arbitral.

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES celebram o presente instrumento.

São Paulo, 12 de janeiro de 2011.

VENDEDOR:

Assinado Digitalmente por:
PEDRO MIGUEL P DE C S RODRIGUE
Razão: Eu aprovo este documento
Local:
Data: 12/1/11 16:34

Assinado Digitalmente por:
ARMANDO LATE MENDES DE ABREL
Razão: Eu aprovo este documento
Local:
Data: 12/1/11 17:58

CCEE:

Assinado Digitalmente por:
LUCIANO MACEDO FREIRE
Razão: Eu aprovo este documento
Local:
Data: 13/1/11 10:50

Assinado Digitalmente por:
LUIZ EDUARDO BARATA FERREIRA
Razão: Eu aprovo este documento
Local:
Data: 13/1/11 19:48

TESTEMUNHAS:

Assinado Digitalmente por:
Daiane Aparecida Costa e Silva
Razão: Eu aprovo este documento
Local:
Data: 12/1/11 16:03

Assinado Digitalmente por:
Renata de Souza Rezende
Razão: Eu aprovo este documento
Local:
Data: 12/1/11 16:09

ANEXO I AO CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA - CERINFORMAÇÕES TÉCNICAS E COMERCIAIS

1. Nome da USINA: EOL FAÍSA V
2. Localidade: Trairi - CE
3. Submercado: Nordeste
4. Potência Instalada: 27,3 MW
5. Tipo: Central Geradora Eólica
6. Garantia Física: 9,0 MW_{méd}
7. Custo Variável Unitário (CVU): 0,00 R\$/MWh (zero)
8. Indisponibilidade Programada: 1,41%
9. Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada: 1,00%
10. Fator de Capacidade Máxima: 100%
11. Disponibilidade mensal de ENERGIA* (MW_{méd})

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
7,85	5,15	3,85	4,01	4,99	5,60	9,43	13,42	14,60	15,27	13,36	11,16

* Valores declarados pelo VENDEDOR e constantes da Habilitação Técnica emitida pela EPE

12. Número de LOTES negociados no LEILÃO: 9 MW_{méd}

ANEXO II AO CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA - CER**FORMULAÇÃO ALGÉBRICA ASSOCIADA À CONTA DE ENERGIA**

1) O saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, anualmente apurado, conforme premissas estabelecidas na Cláusula 7ª, será calculado segundo as seguintes equações algébricas:

(i) No final do 1º ano do quadriênio:

$$\Rightarrow SCE_A = \text{máximo} \{ \text{mínimo} (SCE_{Q-1} + Desv_G_A, M_Sup_A), -M_Inf_A \} \quad (\text{eq. II.1})$$

(ii) No final dos demais anos do quadriênio:

$$\Rightarrow SCE_A = \text{máximo} \{ \text{mínimo} (SCE_{A-1} + Desv_G_A, M_Sup_A), -M_Inf_A \} \quad (\text{eq. II.2})$$

onde:

SCE_A = saldo da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, acumulado no quadriênio até o ano corrente "A", inclusive;

SCE_{A-1} = saldo da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, acumulado no quadriênio até o ano "A-1" (ano anterior), inclusive;

SCE_{Q-1} = saldo residual da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, transferido do quadriênio anterior para o quadriênio corrente (o valor dessa variável é zero no primeiro quadriênio, ou seja, quando "Q" é igual a um);

DESV_G_A = desvio da geração anual da USINA (referenciada ao CENTRO DE GRAVIDADE) em relação à ENERGIA CONTRATADA do quadriênio corrente (montante definido na Cláusula 6ª), expresso em MWh, a ser determinado pela equação algébrica abaixo:

$$DESV_G_A = G_A - (CQ_Q * N_Horas_A) \quad (\text{eq. II.3})$$

onde:

G_A = geração da USINA no ano corrente "A", referenciada ao CENTRO DE GRAVIDADE, expressa em MWh;

CQ_Q = ENERGIA CONTRATADA do quadriênio corrente "Q", expressa em MW_{méd}; e

N_Horas_A = número de horas do ano corrente "A";

M_Sup_A = margem superior de 30% (trinta por cento) do valor da ENERGIA CONTRATADA aplicável ao ano corrente "A", expresso em MWh, a ser determinado pela equação algébrica abaixo:

$$M_Sup_A = 0,3 * CQ_Q * N_Horas_A \quad (\text{eq. II.4})$$

M_Inf_A = margem inferior de 10% (dez por cento) abaixo do valor da ENERGIA CONTRATADA aplicável ao ano corrente "A", expresso em MWh, a ser determinado pela equação algébrica abaixo:

$$M_Inf_A = 0,1 * CQ_Q * N_Horas_A \quad (\text{eq. II.5})$$

2) O saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, apurado ao final de cada quadriênio, caso positivo, poderá ser total ou parcialmente repassado para o quadriênio seguinte, segundo critério do VENDEDOR, conforme premissa estabelecida na Cláusula 7ª, devendo o saldo inicial do quadriênio seguinte ser determinado pela equação algébrica abaixo:

$$SCE_Q = FR * \text{máximo}(0, SCE_{A4}) \quad (\text{eq. II.6})$$

onde:

SCE_Q = saldo residual da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, a ser transferido do quadriênio findo para o quadriênio seguinte;

FR = fator de repasse definido quadrienalmente pelo VENDEDOR, cujo valor pode variar de 0% (zero por cento) a 100% (cem por cento), em intervalos de 1% (um por cento); e

SCE_{A4} = saldo da CONTA DE ENERGIA, expresso em MWh, acumulado ao final do último ano do quadriênio findo.

ANEXO III AO CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA - CER**DEFINIÇÕES**

AGENTE DA CCEE ou AGENTE: concessionário, permissionário, autorizado de serviços e instalações de energia elétrica e consumidores integrantes da CCEE.

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, autarquia sob regime especial instituída pela Lei nº 9.427, de 1996, modificada pela Lei nº 10.848, de 2004, responsável pela regulação, controle e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica;

ANO "A": ano contratual, computado de 1º de julho de cada ano a 30 de junho do ano seguinte;

ATO AUTORIZATIVO: é o ato de outorga de autorização para geração de energia elétrica emitido pelo Poder Concedente;

AUTORIDADE COMPETENTE: qualquer entidade governamental que tenha competência para interferir neste CONTRATO ou nas atividades das PARTES;

BANCO LIQUIDANTE: instituição financeira contratada pela CCEE para proceder à LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA;

CÂMARA DE ARBITRAGEM: entidade eleita pelos AGENTES e pela CCEE destinada a estruturar, organizar e administrar processo de solução de conflitos, que, no exercício estrito dos direitos disponíveis, deverá dirimir conflitos por meio de arbitragem, nos termos da Convenção de Comercialização e do Estatuto da CCEE;

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, segundo a CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, possuindo a atribuição de celebrar os contratos associados à ENERGIA DE RESERVA, nos termos do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, com redação dada pelo Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008;

CENTRO DE GRAVIDADE: ponto virtual definido nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO relativo ao SUBMERCADO onde está localizada a USINA e será efetuada a entrega da ENERGIA produzida pela USINA;

CONTA DE ENERGIA: formulação algébrica aplicável à contabilização das diferenças entre os montantes de ENERGIA GERADA e de ENERGIA CONTRATADA, conforme características e definições estabelecidas na Cláusula 7ª;

CONTA DE ENERGIA DE RESERVA – CONER: conta corrente específica administrada pela CCEE para realização de operações associadas à contratação e uso de ENERGIA DE RESERVA;

CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA – CER: o presente contrato celebrado entre o VENDEDOR e a CCEE;

CONVENÇÃO ARBITRAL: instrumento firmado pelos agentes da CCEE e pela CCEE, por meio do qual esses se comprometem a submeter os conflitos à CÂMARA DE ARBITRAGEM, aprovado pela Resolução Homologatória nº 531, de 7 de agosto de 2007;

CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO: instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;

DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO: data de entrada em operação comercial da USINA ou 1º de julho de 2012, o que ocorrer primeiro.

15
96

ENCARGO DE ENERGIA DE RESERVA – EER: encargo específico destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de ENERGIA DE RESERVA, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, a ser rateado entre USUÁRIOS no SIN, nos termos da Lei nº 10.848, de 2004, e do Decreto nº 6.353, de 2008;

ENERGIA DE RESERVA: ENERGIA destinada ao aumento da segurança no fornecimento de ENERGIA ao SIN;

ENERGIA ELÉTRICA ou ENERGIA: quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em MWh;

ENERGIA CONTRATADA: ENERGIA associada à obrigação contratual do VENDEDOR em termos de geração de ENERGIA proveniente da USINA, cujo valor está definido na Cláusula 6ª;

ENERGIA GERADA: ENERGIA produzida pela USINA, referenciada ao CENTRO DE GRAVIDADE;

EPE: Empresa de Pesquisa Energética, empresa pública instituída pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, responsável por estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético;

FAIXA DE TOLERÂNCIA: conjunto de valores associados ao saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA, limitado a uma margem inferior de 10% (dez por cento) abaixo do valor da ENERGIA CONTRATADA referente ao período considerado, e a uma margem superior de 30% (trinta por cento) acima do valor da ENERGIA CONTRATADA aplicável ao mesmo período;

GARANTIA FÍSICA: é o montante, em MW_{med}, correspondente à quantidade máxima de ENERGIA relativa à USINA que poderá ser utilizada para comprovação de lastro para comercialização de ENERGIA por meio de contratos, estabelecido na forma constante das Portarias MME nº 303, de 18 de novembro de 2004, e nº 258, de 28 de julho de 2008;;

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

LEILÃO: processo licitatório para contratação de ENERGIA DE RESERVA, regido pelo Edital de Leilão nº 003/2009-ANEEL e seus documentos correlatos;

LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA: processo de pagamento e recebimento de valores apurados como débitos e créditos, respectivamente, associados à contratação de ENERGIA DE RESERVA, que inclui o recolhimento do EER, a movimentação de recursos da CONER e o pagamento dos valores devidos aos agentes vendedores de ENERGIA DE RESERVA;

LOTE: montante de ENERGIA igual a 1,0 MW_{med}, que representa a menor parcela negociada no LEILÃO;

MAPA DA LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA: documento eletrônico emitido pela Superintendência da CCEE que informa todos os valores a serem movimentados pelo BANCO LIQUIDANTE, individualizando os débitos e créditos relativos ao VENDEDOR e aos USUÁRIOS;

MERCADO DE CURTO PRAZO: segmento da CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de ENERGIA contratados e registrados pelos AGENTES DA CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos AGENTES DA CCEE;

NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA: documento formal destinado a comunicar as PARTES acerca de controvérsias que versem sobre as disposições do CONTRATO e/ou a elas relacionadas;

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, responsável pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e da transmissão de energia elétrica do SIN;

PERÍODO DE ENTREGA DA ENERGIA CONTRATADA: corresponde ao intervalo de tempo de 20 anos contados de 1º de julho de 2012;

PERÍODO DO SUPRIMENTO: intervalo de tempo compreendido entre a DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO e 30 de junho de 2032;

PLD: Preço de Liquidação de Diferenças;

PREÇO DE VENDA: preço associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no LEILÃO;

PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO: documentos elaborados pela ANEEL, com a participação dos agentes de distribuição e de outras entidades e associações do setor elétrico nacional, que padronizam as atividades técnicas relacionadas ao funcionamento e desempenho dos sistemas de distribuição de ENERGIA;

PROCEDIMENTOS DE REDE: documentos elaborados pelo ONS com a participação dos agentes e aprovados pela ANEEL, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, e definem as responsabilidades do ONS e dos agentes;

RECEITA DE VENDA: valor de remuneração correspondente ao somatório da RECEITA FIXA e da RECEITA VARIÁVEL;

RECEITA FIXA: valor correspondente ao pagamento associado à ENERGIA CONTRATADA, conforme definido na Subcláusula 8.6;

RECEITA VARIÁVEL: valor correspondente ao pagamento associado às situações estabelecidas na Subcláusula 8.8;

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO ou REGRAS: conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, e de cumprimento obrigatório pelos AGENTES DA CCEE, aplicáveis à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO ou SMF: conjunto de equipamentos necessários para a medição de grandezas elétricas e conjunto de medidores, transformadores de potencial e de corrente e equipamentos associados necessários para medir energia ativa e reativa, potência ativa e reativa, tensão e outras grandezas elétricas, conforme especificação técnica definida;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL ou SIN: conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de ENERGIA nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável;

SUBMERCADO: divisão do SIN para a qual é estabelecido PLD específico e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de ENERGIA no SIN;

TRIBUTOS: são todos os impostos, taxas e contribuições, incidentes sobre o objeto do CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das PARTES. Tal exclusão abrange, não estando limitada a, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras;

USINA: instalação industrial, descrita no ANEXO I do CONTRATO, que se destina à produção de ENERGIA proveniente de fonte eólica;

USUÁRIO DE ENERGIA DE RESERVA ("USUÁRIO"): agente de distribuição, consumidor livre, consumidor especial, autoprodutor na parcela da ENERGIA adquirida, agente de geração com perfil de consumo ou agente de exportação que seja AGENTE DA CCEE.

VENDEDOR: titular de autorização de geração de ENERGIA definido no preâmbulo do CONTRATO.

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO III

DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 1) **Preço de Venda:** R\$ 152,68/MWh (cento e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos por megawatt-hora), atualizado monetariamente, anualmente, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo legal de doze meses, com base no IPCA.
- 2) **Período do Contrato:** O período estabelecido no Contrato de Energia de Reserva – CER ("Contrato de Energia") para o suprimento de Energia Contratada é de 20 anos, com início em 01/07/2012 e término em 30/06/2032.
- 3) **Receita de Venda:** A Receita de Venda é composta por uma receita fixa ("Receita Fixa") e por uma receita variável ("Receita Variável"), com base no Preço de Venda e nos montantes de energia contratada e gerada, conforme definidas no Contrato de Energia, listado no Anexo II a este Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

A Receita Fixa corresponderá ao pagamento associado à Energia Contratada, mediante aplicação da seguinte equação algébrica:

$$RF_a = CQ_q * N_Horas_a * PV_i$$

Onde:

RF_a = Receita Fixa para o ano corrente "A", expressa em R\$;

CQ_q = montante de Energia Contratada aplicável ao ano corrente "A", expresso em MW_{méd};

N_Horas_A = número de horas do ano corrente "A"; e

PV_i = Preço de Venda vigente no período considerado, expresso em R\$/MWh.

A Receita Variável corresponderá, se aplicável, ao pagamento associado a:

(i) Energia Gerada no período que antecede ao início do Período de Entrega da Energia Contratada, no caso em que a entrada em operação comercial da Usina seja anterior a 1º de julho de 2012;

(ii) Energia referente à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia que extrapolar o limite superior da Faixa de Tolerância, conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual; e/ou

(iii) Energia referente à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia, contida na Faixa de Tolerância e proveniente de desvios positivos de geração, que não foi objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio.

Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa neste Anexo III e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, os termos em maiúsculo aqui empregados terão os significados a eles atribuídos no Contrato de Energia, cuja cópia constitui o Anexo II do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO IV

MODELO DE NOTIFICAÇÃO DA DEVEDORA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Local, [●] de [●] de 2012

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Alameda Santos, 745 - 9º andar
01419-001 São Paulo SP

Ref.: Notificação sobre cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da
Eólica Faísas V - Geração e Comercialização de Energia S.A.

Prezados Senhores,

Em 12 de janeiro de 2011 foi assinado o Contrato de Energia de Reserva - CER nº 85/09 ("Contrato de Energia"), celebrado entre Eólica Faísas V - Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Sociedade") e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), resultante do 2º leilão para contratação de energia proveniente de centrais geradoras eólicas, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), realizado em 14 de dezembro de 2009, conforme o edital de leilão nº 003/2009-ANEEL.

A Sociedade pretende realizar a 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, cumulada com garantia fidejussória, em série única, estruturadas de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") ("Emissão"), no valor total de R\$19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais) ("Debêntures"), conforme o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Cumulada com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Eólica Faísas V - Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Escritura"), cujos recursos serão utilizados pela Sociedade, entre outras coisas, para o pagamento do Contrato de Engenharia, Aquisição e Montagem de Equipamentos e Construção de Parque Eólico em Regime de Empreitada Integral por Preço Global, conforme aditado, assinado em 30 de novembro de 2010 entre a Sociedade, Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda. e Suzlon Energy A/S ("Contrato EPC").

A fim de garantir as obrigações da Sociedade decorrentes da Emissão das Debêntures, a Sociedade pretende ceder fiduciariamente à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 04, Sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), representando os interesses dos titulares das Debêntures, todos os direitos creditórios oriundos do Contrato de Energia, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios a ser celebrado entre a Sociedade e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios").

Conforme disposto na cláusula 17.5 do Contrato de Energia, a Sociedade poderá ceder os direitos creditórios decorrentes do Contrato de Energia em garantia de contratos de financiamento relacionados ao parque eólico de sua titularidade, com anuência prévia da CCEE.

Assim, tendo em vista o interesse da Sociedade em ceder fiduciariamente os direitos creditórios oriundos do Contrato de Energia e a necessidade da obtenção da anuência prévia da CCEE para realizar referida cessão fiduciária, vimos pela presente requerer a anuência da CCEE para a realização da operação pretendida.

Para possibilitar a análise do pleito ora formulado, encaminhamos anexos os seguintes documentos:

- (a) Minuta do Instrumento Particular de escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, cumulada com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Eólica Faísas V - Geração e Comercialização de Energia S/A;
- (b) Minuta do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, entre a Eólica Faísas V - Geração e Comercialização de Energia S/A. e a Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A;

Adicionalmente, assumimos o compromisso de enviar para a CCEE cópia autenticada dos instrumentos aqui mencionados, tão logo sejam assinados pelos representantes legais das partes dos contratos.

Por fim, nos termos da cláusula 8.1.1. do Contrato de Energia, informamos que nenhuma alteração da conta corrente de titularidade da Sociedade, aberta para tal fim sob o nº 024595-0, na Agência 2572-0, do Banco Bradesco S.A poderá ser efetuada sem a prévia e expressa anuência, por escrito, do Agente Fiduciário, que também assina a presente correspondência.

Atenciosamente,

Eólica Faísas V - Geração e Comercialização
de Energia S.A.

Por:
Cargo:

Eólica Faísas V - Geração e Comercialização
de Energia S.A.

Por:
Cargo:

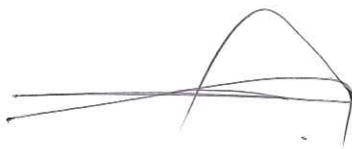
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários

Por:
Cargo:

Ciente e de acordo:

Câmara de Comercialização de Energia
Elétrica - CCEE

Por:
Cargo:



CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO V

MODELO DE NOTIFICAÇÃO AO BANCO EM QUE SÃO DEPOSITADOS OS DIREITOS CREDITÓRIOS

Local, [●] de [●] de 2012

Banco Bradesco S.A.

Agência 2572

Avenida Washington Soares, 4055, Loja 2

Fortaleza-CE

Ref.: Instrução para transferência dos recursos depositados na conta corrente da sociedade Eólica Faísas V – Geração e Comercialização de Energia S.A. sob o nº 024595-0, mantida perante a agência 2572-0 do Banco Bradesco S.A.

Prezados Senhores,

Em 12 de janeiro de 2011 foi assinado o Contrato de Energia de Reserva – CER nº 85/09 ("Contrato de Energia"), celebrado entre Eólica Faísas V – Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Sociedade") e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), resultante do 2º leilão para contratação de energia proveniente de centrais geradoras eólicas, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), realizado em 14 de dezembro de 2009, conforme o edital de leilão nº 003/2009-ANEEL.

Conforme disposto na cláusula 8.1.1. do Contrato, ficou estabelecido que os pagamentos das componentes da Receita de Venda (conforme definido no Contrato) ("Pagamentos") seriam feitos diretamente pela CCEE na conta corrente de titularidade da Sociedade nº 024595-0, mantida perante a agência 2572-0 do Banco Bradesco S.A. ("Conta Corrente Bradesco").

A Sociedade realizou, em 26 de setembro de 2012, a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, cumulada com garantia fidejussória, em série única, estruturadas de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") ("Emissão"), no valor total de R\$19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais) ("Debêntures"), conforme o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Cumulada com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Eólica Faísas V - Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Escritura").

A fim de garantir as obrigações da Sociedade decorrentes da Emissão das Debêntures, a Sociedade cedeu fiduciariamente à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 04, Sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), representando os interesses dos titulares das Debêntures, todos os direitos creditórios oriundos do Contrato de Energia, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios celebrado entre a Sociedade e o Agente Fiduciário em [●] ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios").

Assim, tendo em vista a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e o interesse da Sociedade em imediatamente transferir os recursos

depositados na Conta Corrente Bradesco para a conta corrente de sua titularidade mantida perante o Banco Pine S.A., serve a presente para requerer que, a partir da presente data, o Banco Bradesco S.A. passe a transferir os Pagamentos decorrentes do Contrato de Energia depositados pela CCEE na Conta Corrente Bradesco para a conta corrente abaixo indicada ("Conta Corrente Pine"), no prazo de 1 (um) dia útil contado da disponibilização dos Pagamentos do Contrato de Energia na Conta Bradesco:

Conta corrente nº: 801875-0

Agência nº: 3230-3

Banco Pine S.A.

Outrossim, mediante a aposição ao final da presente correspondência do "ciente e de acordo", Vossas Senhorias estarão expressamente cientes da presente cessão fiduciária, concordando que realizarão a transferência dos recursos depositados na Conta Corrente Bradesco para a Conta Corrente Pine no prazo de 1 (um) dia útil contado da disponibilização dos Pagamentos do Contrato de Energia na Conta Bradesco.

Por fim, informamos que nenhuma alteração da Conta Corrente Pine para transferência dos Pagamentos do Contrato de Energia comunicada neste expediente deverá ser acatada pelo Banco Bradesco S.A. sem a prévia e expressa anuência, por escrito, do Agente Fiduciário, que também assina a presente correspondência.

Atenciosamente,

Eólica Faísas V – Geração e Comercialização
de Energia S.A.

Por:

Cargo:

Eólica Faísas V – Geração e Comercialização
de Energia S.A.

Por:

Cargo:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários

Por:

Cargo:

Ciente e de acordo:

Banco Bradesco S.A.

Por:

Cargo: